



Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1984
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 93/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

“FIXA EM 50 ANOS O LIMITE DE IDADE PARA INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

Regime de Urgência para o Projeto nº 96/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

“ASSEGURA O DIREITO À ESTABILIDADE, APÓS CINCO ANOS DE TRABALHO, AO EMPREGADO CONTRATADO POR ÓRGÃO PÚBLICO SOB O REGIME DE CLT”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 43/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

“IMPLANTA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO DE RANCHO ALEGRE, MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, O ENSINO DE SEGUNDO GRAU”

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 97/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 103, DA LEI Nº 6.174, de 16/11/70”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 81/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

“ESTABELECE CONTAGEM EM DOBRO DO TEMPO DE SERVIÇO DE JUIZ ELEITORAL”.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 74/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

“ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 51, DA LEI Nº 7.297, de 08/01/80”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 80/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

“ALTERA REDAÇÃO DOS ARTIGOS Nºs 61 e 62, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 26 DE MAIO DE 1982”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 80/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda:

“ALTERA REDAÇÃO DOS ARTIGOS N.ºs 61 e 62, DA LEI N.º 14, de 26 de maio de 1982”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 79/84, de sua autoria, que proíbe aos estabelecimentos da rede estadual de ensino a cobrança de taxas e contribuições.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Gonçalves, ocorrido no dia de ontem na Municipalidade de Ubiratã.

A comunidade ubiratanense está de luto pelo falecimento do Senhor Gonçalves que, naquela cidade, instalou-se antes mesmo dela sequer pensar em tornar-se emancipada política e administrativamente. Graças à labuta de homens como o Senhor Pedro Gonçalves é que atualmente Ubiratã desponta como um dos municípios mais importantes do Estado do Paraná, notadamente pelas atividades agropastoris e comércio diversificado.

O estabelecimento das primeiras casas comerciais contou com sólida atividade da sapataria denominada “Para Todos” de propriedade daquele pioneiro, que não foi apenas comerciante, já que esteve sempre envolvido nas realizações que visem o bem comum de cunho social, bem como esteve ligado nas atividades partidárias como um dos mais destacados militantes contribuindo na organização e estruturação de inúmeras agremiações que existiram na história recente deste Estado, especialmente naquele importante município.

Portanto, o desaparecimento do Senhor Pedro Gonçalves abre uma lacuna muito grande no seio da sociedade, pois tratava-se de um homem que possuía um vasto círculo de amigos em face de sua respeitável conduta como chefe de família (deixa três filhos que lá residem) ativo comerciante e político.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações à nova Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de União da Vitória, a qual ficou assim constituída: Presidente: Manoel Odário Couto Gestal; Secretário: Vitor Gonçalves de Oliveira; além dos membros:

Joroslau Serbeki, Adelaide Raif Martins, Ivo Rodrigues, Osvaldino Alves da Silva, Pedro Naconieczni, Laertes de Oliveira, Francisco Castilho, Américo Alves Pereira, Altamiro Domingos de Moraes e Osny Gonçalves de Moraes.

Com a posse da nova Diretoria, realizada dia 15 do corrente, aquele Sindicato de Trabalhadores, que congrega inúmeros filiados das mais importantes segmentos da sociedade local, ou seja a classe dos trabalhadores de madeira e similares de União da Vitória, irá sem dúvida alguma enaltecer aquela comunidade, continuando na prestação dos seus relevantes serviços em prol de seus filiados e familiares, sempre voltado para o benefício e elevação da nobre classe de trabalhadoras de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Direção daquele Sindicato, com sede à Rua Benjamin Constant, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela eleição da nova Diretoria da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Rio Negro e Mafra, eleita em reunião do dia 13 do corrente e assim constituída: Diretoria Executiva: Presidente Rogério Pinto Ribeiro; Vice-Presidente, Luiz Schultz Hirt — Conselho de Representantes: Presidente Jefferson J. Benedit Bittencourt; Secretário Munir Snege e Membros Antônio A. Ruthes, Napoleão Souza Dequech e Léo Delponte.

Tal eleição vem de repercutir perante as Sociedades de Rio Negro e Mafra, face ao conceito que aquela entidade mantém dentro das categorias de engenheiros, arquitetos e agrônomos naquela região paranaense e de Santa Catarina, que entre outras finalidades ainda promove forum de debates com discussão de problemas da Comunidade nas áreas de atuação de seus associados, como também, atividades de caráter técnico-científico, social e cultural, pesquisas, estudos e análises pertinentes à classe e à sociedade em geral.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à Presidência daquela associação.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, endereçar ao Excelentíssimo Senhor GOVERNADOR DO ESTADO, DOUTOR JOSÉ RICHIA, pela quarta vez nesta atual legislatura, os apelos para que a Mensagem n.º 28/83, do ex-Governador Hosken de Novaes, retorne com a devida alteração em que visa reajustar os vencimentos do funcionalismo inativo que diante de defasagem salarial, seus proventos são insuficientes à sua manutenção.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA: Feita em plenário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve ao presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhor José Richa, Governador do Estado do Paraná e Excelentíssima Senhora Gilda Poli da Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, sejam movidas gestões no sentido de enviar estudos para se criar e instalar os cursos de Odontologia e Medicina, na Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Maringá é um centro universitário que engloba uma vasta região e que acolhe os estudantes que para ali se deslocam com o intuito de concluir o curso superior.

Contudo, há um reclamo generalizado, pela falta opcional do curso desejado e impossibilidade de transferência para outra localidade.

Urge a criação dos cursos de Odontologia e Medicina, os mais procurados, na Fundação Universidade de Maringá, para conter a grande evasão dos estudantes para a Capital deste Estado.

A clientela estudantil da região e, em grande número, da grande Maringá, ao pretender fazer os cursos, ora solicitados, desloca-se, em sua totalidade para a Capital do Estado, consignando uma verdadeira enchente de vestibulandos, com grandes dificuldades, o que seria evitado se os referidos cursos fizessem parte do Currículo daquela Universidade.

Tal deslocamento acarreta grande infortúnio a familiares e estudantes que vem prestar vestibular sem ter ao menos, na maioria das vezes, um local definido para sua estada durante esses dias.

Essa é uma antiga reivindicação de famílias, de estudantes e de toda a classe política de Maringá e Região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve ao presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Clauss Magno Germer, Secretário de Estado da Agricultura, seja determinado e procedido a construção de novas instalações, para o funcionamento da Central de Abastecimento do Paraná — CEASA — em Maringá.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao requerimento do Vereador Nereu Vidal Cezar, no qual dou total e irrestrito apoio, solicitamos que seja determinado a construção de novas instalações, em Maringá, para o funcionamento, mais racional, da Central de Abastecimento do Paraná — CEASA, tendo em vista que, da maneira

que está funcionando, é impossível continuar, uma vez que estão causando sérios transtornos àqueles que se utilizam das vias públicas adjacentes, que, diga-se de passagem, está localizada nas confluências das Avenidas São Paulo com Mauá, avenidas estas das mais movimentadas de Maringá, com àqueles que utilizam daquela Central de Abastecimento para desempenhar a comercialização de seus produtos.

Esta é uma antiga reivindicação das famílias maringaenses que por ali, com grandes dificuldades, transitam, quer seja com seus veículos; quer seja a pé além do que, proporciona mal aspecto à paisagística da cidade, devido ao amontoado de caminhões que ali fazem ponto até o desembarque de seus produtos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos: Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Bancada de Deputados e Senadores pelo Paraná e Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Paraná, para que sejam movidas medidas no sentido de se fazer uma "Grande campanha de fomento ao plantio de TRIGO MOURISCO e do CENTEIO".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

São cereais panificáveis e substitutos naturais do trigo que hoje importamos e que podem ser facilmente cultivados em toda a região Sul do País.

O TRIGO MOURISCO é um cereal de amplo emprego na Europa e o mais importante da Ásia ao lado do Arroz. Além do que, é produzido satisfatoriamente até em terras fracas; são possíveis duas colheitas no período de seus meses; é mais rico em vitaminas A, B1 e B2, do que o trigo comum; tem baixo custo de produção e, ainda, pode baratear a alimentação humana e animal. O CENTEIO, depois do trigo, no continente Europeu, é atualmente o cereal mais nobre na alimentação humana, e para os Germânicos e Eslovacos é o cereal mais importante e o primeiro entre todos. É um cereal rústico e mais resistente que o trigo. É um cereal panificável: a farinha é mais escura, saborosa e o pão se conserva fresco por muito tempo. Além da panificação, os grãos do CENTEIO são usados para a fabricação de CERVEJA, e para outras bebidas alcoólicas, vem como para forragem animal. Além do que, é um cereal rústico de fácil produção; e que o produtor deixa o gado se alimentar com a massa verde até que as plantas estejam rebaixadas, após o cereal rebrota, vindo a produzir grãos, que são comercializados e substituí, com grande vantagem, o trigo importado para a alimentação humana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a liberação de recurso de ordem financeira a ser aplicado na construção de um refeitório para o Grupo Escolar

de Paraná D'Oeste, localizado no Distrito de mesmo nome e pertencente a Municipalidade de Moreira Salles.

Aquele estabelecimento educacional não possui recursos próprios capazes de assegurar a efetiva construção de um refeitório, segundo colocações neste sentido realizadas pelos estudantes, professores, funcionários e direção escolar. Ademais, o pedido se faz necessário tendo em vista que com a concretização de um refeitório permitirá que sejam oferecidas melhores condições de preparo assim como fornecimento de merendas.

Neste sentido, aguarda-se dessa Pasta o encaminhamento de medidas que atendam aos interesses manifestados pelos integrantes daquele importante educandário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Superintendente da EMOPAR — Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que sejam desenvolvidos estudos objetivando a construção de um prédio para o funcionamento da 37ª Ciretran - Circunscrição Regional de Trânsito localizada na Municipalidade de Ubatã.

Em sessão Plenária realizada recentemente, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou por unanimidade de votos, requerimento de autoria do nobre integrante daquela Casa, o Excelentíssimo Senhor Egon Fischer, em que este solicita dessa Empresa de Obras e Secretaria de Estado da Administração, uma avaliação quanto à disponibilidade de se construir um prédio para o funcionamento daquele Organismo de atendimento público no setor de trânsito na cidade de Ubatã, assim como nos municípios de sua abrangência.

Sem dúvida alguma, trata-se de uma reivindicação de grandiosa importância, uma vez que com a concretização da referida obra, estaria por certo, assegurando uma agilização nos trabalhos pertinentes àquele importante setor.

Neste sentido, em face das razões ora discutidas, espera-se dessa Secretaria de Estado e EMOPAR a adoção de medidas que venham de encontro à reivindicação do nobre Vereador da Câmara Municipal de Ubatã, Egon Fischer, que não é apenas sua e sim do conjunto de toda aquela progressista coletividade.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Banco Central do Brasil, solicitando as seguintes informações:

1) Quais as operações de empréstimos em dólares contratadas pelo Governo do Paraná no dia 29 de

dezembro de 1983 que faziam parte respectivamente dos Projetos I e II da Fase I da renegociação da dívida externa brasileira e se havia autorização ou proibição para o pagamento de taxas de intermediação adiante especificadas:

a) operação com o Comind Grand Cayman, BNI - Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S.A., no valor de US\$ 10 milhões, na qual foram pagos, como taxa de intermediação, 7,5 por cento ao Banco Comind S.A. e 2 por cento ao Banque D'Affair Ltda;

b) operação com o Banco da La Provincia de Buenos Aires, no valor de US\$ 3 milhões, na qual foram pagos, como taxa de intermediação, 6 por cento ao Banco de La Provincia de Buenos Aires e 3 por cento a MG Assesores Financeiros;

c) operação com o First National Bank of Boston, no valor de US\$ 8 milhões, na qual foi paga à empresa BCN Negócios a taxa de intermediação de 8 por cento.

2) Se a Secretaria de Finanças do Estado do Paraná solicitou autorização ao Banco Central para efetuar o pagamento das taxas de intermediação, e no caso afirmativo, qual a resposta do Banco Central.

3) Se houve a solicitação e/ou resposta, que o Banco Central encaminhe a esta Assembléia, cópia da correspondência recebida e/ou expedida.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamento: Ivan Gubert, Nelson Buffara, Tércio Albuquerque, Augusto Carneiro, Odeni Mongruel, Antônio Belinati, Francisco Escorsin, Homero Oguido, Gabriel Manoel e Airton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA:

Na documentação que apresentou a esta Assembléia, o Senhor Secretário das Finanças omitiu a troca de correspondência havida em relação à operação de US\$ 9,8 milhões contratada com o Midland Bank P.L.C., de Londres sobre o pagamento de taxas de intermediação. Como as operações acima descritas foram contratadas no mesmo dia ao dessa, que fazia parte do Projeto I da renegociação da dívida externa brasileira, esta Assembléia tem o dever de procurar inteirar-se de todas as condições em que foram efetuadas as operações relatadas para o mais amplo esclarecimento do caso dos dólares que tumultuam a vida política e administrativa do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Deputado Deni Lineu Schwartz, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de um trevo rodoviário na PR-66, dando acesso à cidade de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

A ligação Araongas-Maringá, via Sabáudia, trouxe um enorme fluxo de veículos por aquela rodovia e

nenhuma obra visando seu melhoramento foi feita nos últimos anos.

No local de acesso à cidade de Sabáudia, foi construída uma filial da COROL — Cooperativa de Rolândia, às margens da rodovia com enormes graneleiros, causando com isso, maior movimento de veículos, e, dado ao aumento do tráfego, causando acidentes, ceifando vidas e prejuízos materiais de grande monta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná S/A — Banestado, através da Secretaria de Estado das Finanças, no sentido de que o órgão informe se as razões da saída, no dia de ontem, do Presidente do Banestado Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Sr. Carlos Nasser, tem além das razões tornadas públicas (seu estado de saúde), algo a ver com a carta de "Análise da Relação Banco/Corretora em 1984" anexa, na qual o presidente Carlos Nasser denuncia dificuldades de sobrevivência e relacionamento, no final afirmando: "o sacrifício é sem objetivo, já que o Banestado não possui uma política operacional, nem um plano específico de recuperação e os dados atuais levam a crer que a situação é a mais grave possível".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, MD, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do Município de Sabáudia.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Dispondo tão somente a Delegacia de Polícia do Município de Sabáudia de um veículo Volkswagen TL, com mais de dez anos de uso, em péssimo estado de conservação, quase inservível ao fim que se destina, não poderá este órgão público prestar atendimento às ocorrências que por ventura se sucederem.

O atual veículo, pelo seu estado de depreciação, não atende às necessidades que o município requer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Deputado Deni Lineu Schwartz, MD, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o cascalhamento da estrada que liga a localidade de Porto Ubá ao Município de Borrazópolis, dada a importância do escoamento da safra produzida na região.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz em solicitação da população de Borrazópolis, principalmente dos pequenos proprietários rurais que tem o município.

O escoamento da safra agrícola, constituída de lavoura branca e o café, com grande produtividade na região, torna-se impraticável em dias chuvosos que obrigatoriamente necessitam do percurso de 15 km de leito natural de difícil conservação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da CAFE DO PARANÁ — Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando imediatamente a locação de mais máquinas para prestar serviços na área de abrangência do escritório localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Com recursos orçamentários provenientes do "Programa de Manejo Integrado de Solos", iniciaram-se recentemente em toda aquela região deste Estado os trabalhos referentes a implantação de Microbacias.

No entanto, os trabalhos que dizem respeito àquele importante programa, estão em muitos aspectos comprometidos, em razão da ausência de mais equipamentos para tal.

Neste sentido, o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura, com sede em Campo Mourão, enviou telex ao este Deputado reivindicando, com a máxima urgência, o envio de mais maquinários.

Em razão dos motivos ora discorridos, espera-se dessa Pasta o encaminhamento da referida solicitação de iniciativa do Digníssimo Chefe do Núcleo Regional, Senhor Nery José Thomé.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que sejam enviadas informações a respeito a quantidade de remédios destinados aos postos de saúde existentes na Municipalidade de Goioerê.

O pedido se faz necessário haja vista as reclamações que se evidenciam no Município de Goioerê no que se refere ao setor de saúde, quanto aos critérios postos em prática em termos de distribuição de remédio aos postos de saúde existentes.

Tais informações por certo que merecerão dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social a atenção devida.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário da Administração, solicitando providências urgentes daquele órgão visando a reforma do prédio onde funciona a Escola Estadual Nóbrega da Cunha da cidade de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo se faz atendendo às constantes solicitações da Comunidade de Bandeirantes, para que aquele tradicional estabelecimento de ensino possa continuar a exercer as suas finalidades em melhores condições de funcionamento em prol da classe estudantil daquela cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando que seja avaliada a real possibilidade, através de estudos devidos, a disponibilidade de se designar um veterinário para prestar atendimento junto à ACARPA, localizada na Municipalidade de Roncador.

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Roncador, em Sessão Ordinária realizada no dia cinco de maio, aprovou requerimento do Excelentíssimo Senhor Edison José Pietroski, em que este solicitava dessa Pasta competente, a designação de um veterinário para prestar atendimento junto à ACARPA daquela cidade.

Por tratar-se tal reivindicação de grande importância, especialmente para o setor agrícola e pecuário, espera-se dessa Secretaria de Estado da Agricultura uma imediata avaliação do pedido ora enunciado, uma vez que o mesmo não vem apenas de encontro ao interesse daquele nobre integrante daquela Edilidade, mas do conjunto da população, notadamente pelos proprietários rurais.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, consubstanciada em solicitação para que a Excelentíssima Secretária providencie a criação do curso de segundo grau no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se faz necessária pois o

Distrito de Palmitópolis, com população aproximada de 5.000 habitantes, e que representa um importante pólo de desenvolvimento na região, principalmente nas atividades de pecuária e nas culturas de café, feijão, arroz, milho, soja e trigo, não possui nenhum curso de segundo grau, o que obriga os jovens estudantes a se deslocarem 12 km em estrada precária sem asfaltamento, até a cidade de Nova Aurora, ou abandonarem precocemente seus estudos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, e ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAM, solicitando a expansão do Programa de Nutrição em Saúde aos Municípios de Lunardelli, Faxinal, Kaloré, Bom Sucesso, Borrazópolis, Marilândia do Sul, São Pedro do Ivaí, Rio Bom, Cambira e Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O Programa de Nutrição em Saúde é um dos instrumentos de suplementação alimentar determinado pelo PRONAN. De natureza emergencial e transitória, busca atender aos grupos sociais e biologicamente vulneráveis à desnutrição.

Dentro dessas condições e fins, destacamos sua importância para a saúde da população de baixa renda e seu desenvolvimento social. Nos municípios para os quais estamos solicitando a expansão do programa, encontramos grandes contingentes de “trabalhadores rurais volantes”, que pela própria condição social se acham mais vulneráveis à desnutrição, causada pela baixa renda que impede a boa alimentação.

Acreditamos que tais fatos e condições justificam a nossa reivindicação, que corresponde a uma das prioridades da Administração Pública e aos anseios das comunidades em questão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado, no sentido de que sejam solicitadas com urgência, as documentações referentes a todas as solicitações, atendidas ou não, de empréstimos efetuados, a qualquer título, em moeda estrangeira, durante o período de Governo imediatamente anterior ao atual.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com o intuito de preservar os interesses do Paraná e de proteger a indústria aeronáutica nacional, o Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, do Governador do Estado, sejam prestadas a este Poder as seguintes informações:

1) Por que o Governo do Paraná está adquirindo

no exterior, um avião a jato, em flagrante prejuízo da Embraer?

2) Qual o custo desse avião? Informar em dólares.

3) Qual a participação da empresa paulista de aviação TAM na importação desse aparelho?

4) Qual o valor alienação, em dólares, dos aviões pertencentes atualmente ao governo do Estado?

5) Quais as restrições que o Governo do PMDB faz à indústria nacional, em flagrante oposição ao que sempre pregou, recorrendo, agora, a uma empresa estrangeira para fornecer um avião ao Governo do Paraná?

6) O PMDB renuncia a sua postura de condenação ao capital estrangeiro e a influência das multinacionais no processo de erosão da economia nacional, como cansou de repetir o atual Governador José Richa? Como Governador, o Sr. José Richa, prestando essa informação, esclarece aos Deputados e aos Paranaenses.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Banco do Estado do Paraná sobre os pagamentos efetuados pelo banco, como segue:

1) Sobre o pagamento de Cr\$ 11.705.478,37, a Irving Trust Assessoria e Consultoria Ltda., conforme Nota Fiscal de Serviços n.º 081, emitida no dia 13 de julho de 1983, explicar:

a) Se a operação de empréstimo foi efetuada segundo a Lei 4131 ou segundo a Resolução 63 do Banco Central;

b) Como a comissão de 1 por cento sobre empréstimo de US\$ 2.000.000,00 perfaz um total de US\$... 21.052.64, quando o correto seria US\$ 20.000,00;

c) Se o pagamento dessa comissão estava autorizado pelo Banco Central do Brasil;

d) Se foi procedida licitação para contratação do(s) serviço(s).

2) Sobre o pagamento de Cr\$ 26.929.350,00, a M.H.T. — Serviços e Administração Ltda., conforme nota Fiscal de Serviços n.º 617, emitida em 27 de julho de 1983, explicar:

a) Se é praxe estabelecimentos oficiais de crédito efetuarem pagamentos a serviços de assessoria técnica relacionada com a aplicação de capitais;

b) Qual o montante do capital que o Banco explicou, através dos serviços de assessoria em questão?

c) Onde foi aplicado o referido capital?

d) Por quanto tempo ficou aplicado o capital?

e) Qual o rendimento que o Banco do Estado auferiu com a(s) aplicação(s) que efetuou através da aludida assessoria?

f) Se a empresa M.H.T. Serviços e Administração Ltda. é autorizada pelo Banco Central para operar no mercado financeiro?

g) Por que da contratação de uma empresa de São Paulo para prestar assessoria na aplicação de capitais?

h) Se foi procedida licitação para a contratação do(s) serviço(s);

i) Se é tecnicamente viável efetuar-se o pagamento no mesmo dia da emissão da nota fiscal, nota emitida na capital paulista.

3) Sobre o pagamento de Cr\$ 17.541.600,00, a Republic International Dallas do Brasil Ltda, conforme Nota Fiscal de Serviços n.º 332, de 20 de julho de 1984, esclarecer:

a) Qual o montante do empréstimo contratado em US\$ dólares;

b) Se a operação que originou o pagamento desta comissão era uma 4.131 ou uma 63;

c) Se o pagamento desta comissão estava autorizado pelo Banco Central;

d) Se a empresa contratada está autorizada pelo Banco Central para operar no mercado de capitais;

e) Se houve processo licitatório para a contratação da prestação de serviços do autônomo.

EM CASO AFIRMATIVO:

— quais os concorrentes?

— qual(is) o(s) critério(s) da decisão da escolha?

EM CASO NEGATIVO:

— por que não se fez a licitação?

f) a cotação do dólar no dia da contratação do empréstimo.

g) Se é tecnicamente possível efetuar-se o pagamento no mesmo dia da emissão da nota fiscal, nota emitida na capital paulista.

4) Sobre o pagamento de Cr\$ 51.191.000,00 a Sílvia Martins Furman, mediante recibo de pagamento a autônomo, datado de 19 de julho de 1984 e preenchido no Rio de Janeiro, esclarecer:

a) Que tipo de assessoramento financeiro foi prestado pelo emitente do recibo Sílvia Martins Furman;

b) Se foi a título de intermediação para obtenção de empréstimo externo, especificar qual o montante da operação, em que data foi realizada e com qual instituição financeira;

c) Qual a qualificação e experiência profissional do beneficiado com o pagamento em questão?

d) Se foi procedido o processo licitatório para a contratação da prestação de serviços do autônomo.

EM CASO AFIRMATIVO:

— quais os concorrentes?

— qual(is) o(s) critério(s) da decisão da escolha?

EM CASO NEGATIVO:

— por que não se fez a licitação?

e) Se o citado Sílvia Martins Furman está habilitado pelo Banco Central a operar no mercado financeiro e se tem empresa legalmente constituída para tal.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamento:

Airton Cordeiro, Homero Oguido, Gabriel Manoel, Francisco Escorsin, Tércio Albuquerque, Antônio Belinati, Nelson Buffara, Augusto Carneiro, Ivan Gubert e Odeni Mongruel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado, do editorial do jornal "O

Estado do Paraná", sob o título "Registro Histórico", da edição do dia 23 de maio do corrente ano, pela oportunidade de análise que faz sobre o momento político e administrativo que vive o Paraná.

Comunique-se ao ilustre jornalista Ilson Almeida, diretor do jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia de artigo do advogado Renato Requião, publicado na edição de 23 de maio deste ano no jornal "O Estado do Paraná", artigo intitulado "Autoridade e Opinião Pública".

Comunique-se ao setor e ao Diretor do Jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 116/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Educacional do Oeste do Paraná" — ASSOESTE, com-sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Cascavel, sob nº 244 do Livro APJ de Pessoas Jurídicas e realmente presta serviços assistenciais aos alunos dos municípios a ela filiados.

Assim sendo, apresentamos aos nobres Pares o presente plano de lei, esperando o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 117/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica vedada à administração pública e empresas estatais a celebração de acordos exclusivos com agentes financeiros para a prestação de serviços de controle de cobrança das multas de trânsito e renovação do licenciamento de veículos.

§ único — Os acordos em vigor ficam sem efeito a partir da data da vigência desta lei.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio 1984.

(a) EDGAR PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

O acordo de prestação de serviços celebrado entre o Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública e o BANESTADO, além de conferir àquele banco a exclusividade para carimbar a TRU, em detrimento de outros bancos que prestam inestimáveis serviços ao Estado, vem sendo usado

como instrumento de prestação e esmagamento contra a laboriosa classe dos Despachantes de trânsito devidamente credenciados junto àquela autarquia, pois diversos gerentes de agências bancárias no interior têm procurado firmas e particulares para que lhes encaminhem diretamente a documentação dos veículos a serem licenciados impedindo, com isto, a interveniência daquele profissional que há tantos anos presta os seus serviços ao Paraná. Entendemos ser uma questão da própria sobrevivência da operosa classe de despachante de trânsito e anulação do acordo celebrado em 24 de agosto de 1979 entre a Secretaria da Segurança e o BANESTADO.

PROJETO DE LEI Nº 118/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação e Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cassia", com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

De caráter exclusivamente beneficente e filantrópico e tendo por finalidade a assistência social, foi fundada em 1981, em Cascavel, a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cassia.

Desde então, a Associação através de sua Diretoria, vem cumprindo as suas determinações, ou seja, a distribuição de: roupas, alimentos e medicamentos às pessoas necessitadas da cidade e da região.

A documentação que estamos anexando ao presente, bem demonstra suas atividades, como também comprovam as exigências da Lei nº 6994, que regula a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 119/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade de Assistência Social "Samaritanos e Dorcas", da Igreja de Cristo Jesus, com sede em Ourizona.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa demonstra que a entidade em apreço satisfaz plenamente as exigências da Lei nº 6944, de 10 de janeiro de 1978, visto como suas finalidades são de filantropia e de benemerência.

PROJETO DE LEI Nº 120/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Castelo Branco, o imóvel de propriedade do Estado, constituindo da data de terra nº 09, da quadra 13, com área global de 957,00 m2 do Jardim Horizonte da Planta Urbana da referida cidade, Registro R - 3/5643, Ficha 1, Livro 2, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Nova Esperança.

— § único — A presente doação fica gravada com

as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, que deverão constar no texto da escritura de doação.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.

(a) BASÍLIO ZANUSSI.

JUSTIFICATIVA:

O referido imóvel foi doado ao Estado pelo próprio município em 1981, para a construção específica de um prédio destinado à Agência de Rendas.

Com o argumento da Secretaria de Estado das Finanças, que irá desativar as agências de rendas nos municípios de pequeno porte, não mais existirá razões para continuar pertencendo ao Estado o imóvel citado.

Pretende a municipalidade, caso efetive a reversão, construir no local, um prédio destinado a abrigar a Biblioteca Pública Municipal, tendo em vista que a localização do imóvel é próximo ao Colégio Castelo Branco — Ensino de 1.º e 2.º Graus.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito. Antes, anunciando a visita a esta Casa, do Sr. Deputado Constituinte, José Alves Facelasso.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Quer a minha voz tenha eco ou não, continuarei apelando até os últimos instantes, para que o Líder do Governo, Deputado Nilso Sguarezi renuncie à decisão tomada de apresentar à Mesa Executiva desta Casa, emenda que faça ADIAR para o incerto amanhã os benefícios que HOJE poderiam ser prodigalizados ao magistério paranaense através do Projeto de Lei nº 77/83, que considera estágio probatório o tempo de serviço prestado ao Governo do Estado pelos professores aprovados e classificados em concurso público. Se o bem existe, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vamos dar-lhe boas vindas hoje, ao invés de reduzi-lo à órbita do amanhã. Por que legitimar a redenção da posteridade e crucificar no processo da exoneração forçada pelas circunstâncias milhares de professores paranaenses, que estão pedindo HOJE o remédio que lhes viabilize a continuidade no desempenho de seu trabalho, levantando vozes de todas as partes do Estado, alguns deles já debilitados; outros, enfermos, e aos quais não haverá de servir o remédio no tempo futuro? A promessa de alimento no amanhã a quem hoje está perecendo à míngua, traz em seu bojo, no mínimo, a insensatez do insulto e o rótulo do vilipêndio. Acaso, não seria esta a postura do autoritarismo do Governo Federal combatido pela militância peemedebista? Os abominados indereitistas do País são exatamente execrados por insistirem em não enxergar as exigências da realidade nacional presente. O Presidente João Figueiredo também crê nas eleições diretas. Reconhece que elas são um bem. Só que as busca apenas no tempo futuro. Não quer a democracia conjugada no presente. E é este mesmo suporte de incoerência que estaremos selando, se vigir a emenda anunciada pelo Deputado Nilso Sguarezi em meu projeto de lei. Haveria de se repetir a mesma história e a mesma cena: reconhecer que exigir estágio probatório do experiente professor que já devotou quase uma vida inteira à educação

é absurdo, mas que este absurdo seja eliminado apenas no AMANHÃ, porque HOJE ele deve prosseguir reinando. E em nome deste imperativo insano, que se arrebatem na esfera da exoneração os professores que há meses vêm batendo estradas, expondo-se a riscos, a prejuízos e à própria morte. Mas tenham calma, senhores professores. Não se perturbem. Se por um lado os senhores estão condenados, resta-lhes o consolo de saber que os seus sucessores haverão de ser redimidos pelo mesmo calvário que os esmagou. É que aqui a nível de Estado, como a nível de União é a mesma coisa: descobriu-se que o bem existe, mas para que aceitá-lo HOJE, se ele pode ser asfixiado e impelido para os porões do AMANHÃ? Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. 2.º Secretário da Assembléia Legislativa, Sua Excelência o Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Sr. Presidente e Srs. Deputados. (Lê):

“É pela quarta vez na atual Legislatura, que submetemos à apreciação deste Plenário, o requerimento reiterando ao Governador José Richa, os apelos com toda a veemência já formulados para os problemas cruciais e humanos dos funcionários aposentados do Poder Executivo.

Os aposentados, completamente abandonados a sua própria sorte, marginalizados e na mais completa miséria, continuam vivendo de caridade de seus filhos, após uma longa jornada de dedicado trabalho em sua existência. Observando que suas reivindicações são tratadas com menosprezo e negligência, sentem-se como os verdadeiros párias da sociedade.

A Mensagem Governamental nº 28/83, do ex-Governador Hosken de Novaes, demonstrou o humanismo, a sensibilidade cristã, o interesse em favorecer da sofrida e esquecida classe do aposentado.

Não sabemos, não entendemos, não avaliamos a que pretexto tal mensagem desapareceu, sendo que o pedido do Executivo foi somente para revisar e reparar falhas ocorridas.

O Governador José Richa, em pronunciamento feito no início do exercício em curso, afirmava que desejava e queria reparar as injustiças, encaminhando mensagem reajustando os proventos dos aposentados. Mas infelizmente já estamos no fim de maio e a promessa Governamental anunciada não foi cumprida. Mensagem alguma foi encaminhada até o presente momento.

É preciso que não nos tornemos insensíveis aos apelos e aos sofrimentos ante à dura realidade existencial dos funcionários aposentados. Vítimas de precariedade do entendimento humano.

O Poder Público do Estado, tem o compromisso com o aposentado de continuar a prover sua subsistência. Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Com o índice de elevação do custo de vida, causando uma defasagem inacreditável, o rendimento do aposentado mais antigo de forma alguma acompanha a desastrosa inflação.

Se compararmos os vencimentos dos funcionários da ativa com os inativos, os salários cotejados, caíram em desníveis inferiores ao mínimo vital.

Dias difíceis hoje eles vivem, pois uma crise econômica, atinge todos os setores e classes sociais, predominando a dos antigos aposentados.

O momento não suporta discussões nem esperas, exige sim, medidas objetivas, definidas e urgentes.

Nosso clamor quanto ao reajuste dos rendimentos dos aposentados é justa, humana e indiscutível.

Será um crime, carência total de sensibilidade humana e cristã, dos governantes, deixar sobreviver em condições subumanas, totalmente alijados da sociedade em que tanto serviram, os injustiçados aposentados.

É uma realidade visível, inquestionável e dolorosa, o problema da multidão de aposentados, sem rendimentos suficientes e jogados à miséria.

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

À consideração e apreciação do plenário submeto o requerimento endereçado ao Governador José Richa, e pela quarta vez, reiteramos os apelos veementes, para que a mensagem reajustando os proventos dos inativos seja encaminhada ao Poder Legislativo com máxima urgência. Assim sendo, poderemos reparar a injustiça que se comete à classe dos aposentados.” (Lendo): “O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, endereçar ao Excelentíssimo Senhor GOVERNADOR DO ESTADO DOUTOR JOSÉ RICHÁ, pela quarta vez nesta atual legislatura, os apelos para que a mensagem nº 28/83, do ex-Governador Hoskem de Novaes, retorne com a devida alteração em que visa reajustar os vencimentos do funcionalismo inativo que diante de defasagem salarial, seus proventos são insuficientes à sua manutenção.”

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1984.”

O SR. PRESIDENTE—(Nestor Baptista) Com muita honra, esta Casa registra a visita do Senhor Vereador por Curitiba, do PDS, Algaci Túlio.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tuguio Setogutte, inscrito.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente e Senhores Deputados.

Não poderíamos deixar sem registro nesta Casa a saída de Carlos Nasser da Corretora de Valores BANESTADO, que a nosso ver, vem se somar a uma implacável sucessão de fatos que vem minando o Governo José Richa.

Não nos parece, como disse ontem o brilhante Deputado Tadeu Lúcio Machado, uma campanha de desestabilização do Governo, pois no mar de denúncias algumas vieram à tona por iniciativa do próprio PMDB, como foi o caso de Porto de Paranaguá; e também no escândalo dos dólares, as acusações de irregularidades emergiram a partir de um Secretário de Estado.

À Oposição tem cabido apenas cumprir seu papel de fiscalizar o Governo, e de fiscalizar até desestabilizar, vai uma longa distância. Mas, nos referíamos no início, à renúncia de Carlos Nasser, Naninho, na BANESTADO Corretora. É bastante estranho, se não curioso, ver sua saída; após a veiculação de uma estridente campanha publicitária, em que se anunciava uma suposta brilhante atuação no mercado financeiro, que a deixa entre as 5 primeiras do País, melhor dizendo, a primeira do País em rentabilidade, segundo as suas próprias palavras.

A desculpa anunciada de problemas de saúde, pouco convence, sendo interpretada por alguns até como uma atitude bem humorada, talvez o problema de “acomodamento” é que tenha gerado o problema de saúde.

O episódio merece explicações mais detalhadas, ainda mais que muitos rumores envolvem, de forma pouco elogiosa, a sua renúncia.

Ou seria mais um capítulo do desdobramento do Secretário Garanhão contra mais um ex-pepista, simplesmente, ou diríamos, outro escândalo envolvendo mais dólares, ou melhor, cruzeiros da BANESTADO Corretora?

Em nome da tão decantada democracia participativa e transparente do Governo José Richa, exige-se os esclarecimentos a essa Assembléia, ao povo do Estado do Paraná, esclarecimentos esses necessários para que episódio não torne a macular a já desgastada imagem do Governo Estadual.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) —No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa vota hoje, discute e vota pela 2ª vez o Projeto de Lei nº 156. Nesse sentido nós queremos retificar uma passagem do nosso pronunciamento na tarde de ontem, que por esquecimento deixamos de registrar. A participação e a presença aqui no plenário, na tarde de ontem e na tarde de hoje, de dirigentes da Associação de Deficientes Visuais do Paraná, a DEVIPAR, que juntamente com todas as demais entidades já mencionadas ontem, são considerados os verdadeiros autores desse projeto de lei, que esta Casa, estes dias está por aprovar.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós gostaríamos de agradecer as referências elogiosas que o Deputado Antônio Belinati, na tarde de ontem, usando do Pequeno Expediente, manifestou em relação à iniciativa e a procedência do assunto, contudo, nós nos julgamos na obrigação de efetuar as considerações que o nobre Deputado Belinati fez em relação às críticas do atendimento na atual área de Assistência Social, que os vários órgãos do Governo do Estado vem prestando ao Paraná.

Na nossa opinião, Sr. Deputado, não procedem as críticas, uma vez que temos, isso sim, a documentação relativa, e o Sr. como ex-Prefeito de Londrina, deve ter lembrança, e essa documentação a que me refiro é a que está em análise, atualmente, na Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre irregularidade ocorridas nos Governos, relativas à participação da PROMOPAR nos anos de 81 e de 82, onde se comprova a discriminação odiosa que se praticou principalmente no ano de 82, restringindo a destinação de subvenções à cerca de 10% das entidades cadastradas, e cuja programação de desembolso estava contido no orçamento-programa de 82.

Temos sim o registro hoje, no ano de 84, da ausência de recursos financeiros que a Legião Brasileira de Assistência e a FUNABEM, destinam às obras sociais do Estado do Paraná. Nós procedemos dessa forma como uma maneira de tentar manifestar publicamente a nossa não concordância com as críticas que ontem o nobre Deputado procedeu.

E além dessa questão, e está inciúda na questão, no aspecto da assistência social, embora num sentido mais amplo, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, é o atual escândalo que, ainda não devidamente esclarecido, vem ocorrendo no Paraná no que diz respeito à medicamentos,

à distribuição de medicamentos. Tomamos conhecimento, através da imprensa, de um convênio firmado entre a União Municipalista do Paraná, entidade dirigida e que congrega prefeitos do PDS que, na reunião de Telémaco Borba, há cerca de 15 dias atrás, comunicou publicamente o convênio firmado com a Central de Medicamentos, para o repasse direto de medicamentos aos municípios que, dentro deste acordo, estariam sendo privilegiados.

Isso sim, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, nos parece um verdadeiro escândalo que, diante de tudo que já ocorreu, é na questão de saúde e medicamentos do Paraná, é totalmente contraditório com a política nacional de distribuição de medicamentos. Nesse sentido, a Comissão de Saúde convocou para terça-feira próxima, dia 29, numa Sessão Ordinária sua, o Sr. Secretário Estadual de Saúde, o Sr. Presidente do CEME e o Presidente da União Municipalista do Paraná.

Era isso, era esse o registro, Sr. Presidente. —
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.
Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgard Pimentel, no Pequeno Expediente.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 24 de agosto de 1979, foi celebrado um acordo para prestação de serviço de cobrança de multas de trânsito e renovação de licenciamento de veículos, entre o Departamento de Trânsito e o BANESTADO.

E esse acordo, que permite uma ação direta do BANESTADO na cobrança destas multas, e no carimbo que é processado na documentação da renovação do licenciamento do veículo, vem, sobremaneira, prejudicando a laboriosa classe dos despachantes de trânsito.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia de hoje estamos dando entrada, neste Poder, de um projeto de lei que susta e veta o referido acordo, porquanto entendemos ser lesivo aos legítimos interesses dos despachantes de trânsito do nosso Estado e há de se acrescentar que é este modo de cobrança das multas e do licenciamento dos veículos, o único Estado da Federação, segundo informações que temos em nosso poder, o único Estado que pratica o acordo entre o um Banco do Estado e o DETRAN, é o Estado do Paraná.

E com muita justiça, nós acolhemos as recomendações procedentes da Associação dos Despachantes de Trânsito, do Oeste do Paraná, e certamente interpretando o anseio e a angústia, de todos os despachantes de trânsito do Estado do Paraná.

E, dentro desta perspectiva, é que estamos encaminhando o projeto de lei que esperamos seja

aprovado por todos os colegas que têm assento neste Parlamento.

Repito que é de suma importância para a própria sobrevivência da laboriosa classe dos despachantes de trânsito do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados

No dia 10 de maio foi lançado, a nível nacional, via EMBRATEL, através de circuito interno de televisão, o Programa Nacional de Estudos de Ciência e Tecnologia, com iniciativa da Associação dos diplomados da Escola Superior de Guerra, em solenidade desenvolvida no Rio de Janeiro, e com imagens geradas para 37 auditórios espalhados em diferentes cidades deste País, atingindo assim os principais centros urbanos.

Essa iniciativa tem como objetivo principal, conscientizar diversos setores da elite nacional, em torno das necessidades e providências que deverão ser adotadas face à realidade brasileira, quanto a um projeto atualizado de ciência e tecnologia indispensável ao desenvolvimento do País.

Convém lembrar que a construção do capital científico e tecnológico é dever da sociedade em geral, que, congregando Universidades e Centros de Estudos e Pesquisas, empresas públicas e privadas, forças armadas em diferentes planos governamentais, buscando superar as dificuldades econômicas, sociais e políticas, que inibem melhores condições de vida ao povo.

O referido programa procura sensibilizar empresários, professores universitários, pesquisadores, cientistas, técnicos e políticos, sobre a necessidade imediata de levantamentos de potencialidade e de estímulos para o aumento da criatividade, em favor do domínio científico e tecnológico, imprescindível às transformações exigidas pelo País, em seu atual estágio de desenvolvimento.

A propósito, esta Casa promoverá no dia 14 de junho de 84, o "V Fórum de Debates", cujo tema versará sobre Ciência, Cultura e Tecnologia.

A verdade é que a situação econômica e social aflitiva dos dias de hoje, está exigindo uma redefinição e um reordenamento da política brasileira, em um sentido mais amplo.

Desta forma, torna-se uma imposição, também uma política de desenvolvimento científico e tecnológico, que seja orientada para atender esses apelos da comunidade nacional, entendida na plenitude dessa expressão.

Espera-se portanto, que iniciativas como essas a que me referi, ofereçam e alcancem uma contribuição nacional em favor de um projeto, um novo projeto nacional, que contemple de forma efetiva o atendimento à demanda social.

Não nos esqueçamos porém, que o ideal é a elaboração de um novo programa de ciência e tecnologia, pois o progresso científico e tecnológico, deve ser, antes

de tudo, uma resposta às necessidades fundamentais da sociedade como um todo.

É preciso termos, não apenas consciência das necessidades, entendendo-as como um compromisso moral da Nação, mas também se propor, deliberadamente, satisfazê-las.

A viabilidade de atendimento à demanda social, depende de êxito relativo do processo de transição para o regime pleno de liberdades democráticas, reclamadas pela Nação Brasileira, na medida em que se fortaleça a sociedade civil.

Que sejamos capazes de chegar lá.

É o que desejamos, neste momento. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Escorsin, inscrito.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Nestes últimos dias esta Casa e toda a opinião pública paranaense, e não seria despropósito afirmar, boa parte da Nação, acompanharam em sessões especiais os pronunciamentos de dois dos secretários do atual Governo.

Tais depoimentos, fizeram referência ao já conhecido escândalo dos dólares, degladiando-se no mesmo episódio integrantes de uma mesma equipe e, ao que se comenta, representantes de correntes partidárias antagônicas.

Na verdade, agora que as luzes do espetáculo estão momentaneamente apagadas, pelo menos nesta Assembléia, pouco se elucidou sobre a questão, mormente no que mais nos interessava, ou seja, a apuração da verdade. Cada Secretário, obviamente, apresentou as suas razões, e o assunto, técnico por excelência, ensejou como ainda enseja, as mais variadas versões.

No entanto, é mister que se realce que para a não apuração da verdade, em muito contribuiu a bancada majoritária desta Casa, mais preocupada em centrar suas atenções para questões atinentes à área federal, e até internacional, bem como em analisar e tentar denunciar fatos ligados a governos anteriores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foram inúmeras as manifestações neste sentido. Todas elas vazias e inconsistentes. Muitas até beirando a irresponsabilidade.

Não estamos aqui para advogar o passado, e nem fazer a defesa de quem quer que seja, pois para tanto não temos procuração ou sequer uma simples solicitação.

No entanto, por uma questão de justiça, não podemos deixar sem registro e sem a devida retificação, um dos discursos aqui pronunciados.

E justamente o do Líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, quando levantou suspeitas quanto a uma concorrência, na área da SUCEPAR, para aquisição de tubos com ferro, necessários ao plano de combate à erosão, na região Noroeste, mais propriamente na cidade de Paranaíba, então administrada pelo Prefeito e ex-Deputado Estadual, Benedito Pinto Dias. Acontece, Deputado Nilso Sguarezi e Srs.

Deputados, que o problema em referência foi plenamente esclarecido na ocasião oportuna, e todos sabem que tudo não passou das costumeiras brigas e discórdias que ocorrem, de forma comum, nos processos de concorrência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No afã de desviar a atenção para os fatos do presente, o Líder do PMDB se apressou em ir buscar os Anais da Casa, relembrando a pretensão do Legislativo em ouvir o depoimento do então Secretário do Interior, Dr. Noel Lobo Guimarães, empresário dos mais destacados, em nosso meio gerencial e que, na administração pública, se revelou igualmente como um dos mais eficientes auxiliares da administração de Jayme Canet Júnior.

O Líder do PMDB ao pretender relembrar, criar, engendrar, artimanhar um pretense escândalo, não teve pejo em tentar envolver o governo de Jayme Canet Jr., em fatos que não aconteceram, e cujos detalhes já foram plena e suficientemente esclarecidos. Tentou investir contra um homem cuja folha de serviços na área empresarial e administrativa é por todos enaltecida pelo brilho, pela lisura, pela honestidade com que norteou as funções exercidas nos mais variados e importantes cargos que ocupou.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ninguém duvida, hoje, que o Governo de Jayme Canet Jr. — à parte sua credibilidade — foi o mais generoso em frutos de progresso para o nosso Estado e a nossa gente.

O Deputado Nilso Sguarezi tem, realmente,, memória fraca. Ainda há pouco, estava no mesmo palanque ao lado do ex-Governador, fazendo campanha para José Richa. Esquece o Líder do PMDB que se não fora o decisivo apoio e o trabalho emprestados por Jayme Canet Jr., à campanha do atual governo, Richa não estaria no Palácio Iguaçu, e o atual Líder da Bancada Posicionista, bem poderia ser outro Parlamentar.

Investe agora o Deputado Nilso Sguarezi contra companheiros da mesma frente partidária, como tem investido contra tantos outros, esquecido que o povo paranaense tem memória, e mais do que memória, tem saudades do tempo de paz e de trabalho, conhecidos pelo povo paranaense, o qual, agora, muito pelo contrário, assiste contristado todos os desmandos de um governo que ficou tão somente nas promessas.

Melhor faria o Líder do PMDB e tantos outros de seus companheiros, se passassem a engrossar o coro de vozes que por todo o Estado, clama para que o atual Governo comece a trabalhar, cumpra suas promessas e deixe de lado os desmandos e a incapacidade.

Chega de tanto martelar o passado. E pior, martelar agarrando-se a mentiras e calúnias.

Cabe aqui, relembrar o poeta Vargas Vila: “As rosas de ontem não possuem o aroma das rosas de hoje”, ou seja, Deputado Nilso Sguarezi, o povo paranaense conheceu nos governos passados tempos de paz, prosperidade e abundância, a exemplo do digno, correto, próspero e honrado governo de Jayme Canet Júnior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como Parlamentar decano deste Poder Legislativo, tendo exercido meus

mandatos parlamentares com uma dezena de governadores que serviram ao nosso Estado, faltaria com meu dever de consciência, de sensibilidade humana e cristã, se não repudiasse, como repudio aos ataques injustos, insensatos, impropriedades do Líder do PMDB e do Governo Richa, contra a pessoa inatacável, honrada, honesta e humana de Jayme Canet Júnior, que sem medo de ser contestado por quem quer que seja, foi e será o melhor governador do Estado deste século.

Jayme Canet Júnior, pela sua capacidade de visão, de administrador probo e eficiente, fez um governo de realizações que marcou época, e desde um patrimônio, distrito, município de todos os quadrantes do Estado, deste Paraná, uma só voz se ouve: de todas as camadas sociais, do pescador, do bóia-fria, lavrador, arrendatário, industrial, comerciante, comerciário, operário ao pai de família, que Canet foi um grande governador, um homem sério, honesto que se identificava com o homem interiorano, pois Canet possuía e possui os qualificativos do homem interiorano, que são: honrabilidade, bom senso, peso nas palavras, pois que cada palavra proferida em promessas é um cheque bancário visado, porque é cumprida, pois não possuía nem a demagogia, a ação ilusória para enganar a quem quer que seja, muito menos a este povo paranaense que lhe é tão querido.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este meu pronunciamento visa protestar e reparar as injustiças, as palavras ofensivas proferidas em data de 15 do corrente, pelo Líder do Governo, Deputado Nilso Sguarezi, contra a honrabilidade pessoal e atos do ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Ninguém será, se ao invés de tentarmos distrair a atenção do povo do Paraná, cuja fé é sagrada, não pode e nem deve ser conspurcada, nem a pretexto de preservar um pretencioso e injusto desejo de solução democrática e justa, aquilo que chega ao povo como um escândalo, e o Governo do Estado, perde sua credibilidade, e por incrível que pareça, esse mar de lama que demagogicamente tanta publicidade fez o PMDB, hoje seu governo está sendo contagiado e atingido.

Fatos e suposições de fatos que ocorreram no passado, que este Poder Legislativo, que sua função é fiscalizar, procure efetivamente a verdade final sobre os escândalos dos dólares que tanta vergonha está causando ao Paraná'.

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Eu quero agradecer em nome do PMDB, a bela defesa que o nobre Deputado Francisco Escorsin faz do ex-Governador Jayme Canet Júnior, usando as suas próprias palavras, nobre Deputado: brilho, honrabilidade e lisura de Jayme Canet. O brilho, a honrabilidade e a lisura de Jayme Canet fizeram com que ele não pudesse mais permanecer na ARENA e veio para o PMDB.

Nós agradecemos a defesa do nosso Partido, feita por Vossa Excelência, hoje na tribuna.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado e concedo a palavra ao

Deputado Tércio Albuquerque, que solicitou um aparte.

O Sr. Tércio Albuquerque — Meu caro Deputado

Francisco Escorsin, com muita delicadeza, Vossa Excelência faz um discurso respondendo a um agressivo discurso do líder do PMDB, e vem o Deputado de Cascavel Mário Pereira, com ironia, apartear Vossa Excelência.

Eu não sei se a lisura dita pelo Deputado Mário Pereira, vai fazer com que também o Sr. Jayme Canet Jr. permaneça no Partido do escândalo da BANESTADO Reflorestadora, da BANESTADO Corretora de Valores, dos dólares da Secretaria das Finanças, das mordomias denunciadas, da PARANATUR, que vamos denunciar dentro de poucos dias. Já estamos colhendo os dados e material. Do IPE, que inclusive o Presidente do IPE não respeitou um dos melhores auditórios que tem o Paraná, que é no IPE, foi fazer reuniões num hotel luxuoso de nossa cidade, de um sócio seu.

Essas coisas, o Sr. Mário Pereira tem que falar antes de dizer da lisura do Sr. Jayme Canet. Agora, para mim, a lisura do Sr. Jayme Canet vai terminar se ele continuar neste Partido em que está, porque ele realmente tinha, e ainda tem um bom nome no Paraná, mas o seu nome será denegrido se ele continuar do lado desses escândalos que estão denegrindo o Paraná diante do Brasil e do mundo inteiro.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Agradeço o aparte do nobre Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Francisco Escorsin, Vossa Excelência, numa interpretação toda sua, procura ver no meu pronunciamento do último dia 15 nesta Assembléia e transmitido à opinião pública do Paraná por dois canais de televisão, de que eu teria tecido comentários desairosos e uma crítica ao ex-Governador Jayme Canet Jr.

Se Vossa Excelência tiver o cuidado de compulsar as notas taquigráficas, verá que em momento algum eu fiz referência ao ex-Governador Jayme Canet Jr., e por outro lado, nobre Deputado, a nota principal do meu pronunciamento foi recordar o passado do Poder Legislativo, que é um Poder independente.

E, acredito que Vossa Excelência há de concordar comigo, porque Vossa Excelência há muitos anos neste Poder, fazendo parte dele, não vai querer nos desmentir de que ele não foi um Poder independente.

A minha crítica foi à maneira como o Poder Legislativo era conduzido no passado, na Bancada de que Vossa Excelência fazia parte e era majoritária. Mas em nenhum momento eu procurei atingir a figura do ex-Governador Jayme Canet Jr.

Então, acredito que Vossa Excelência, numa interpretação pessoal, procura ver na crítica que eu fiz, realmente firme, realmente pensada contra o passado desta Casa, mas que em nenhum momento significava dizer crítica pessoal à conduta do ex-Governador Jayme Canet.

Esse ponto de vista eu não retiro, nobre Deputado, porque eles são comprovados nesta Casa e acredito que o ex-Governador não pode ser responsabilizado se a subserviência nesta Casa imperou muito tempo. Porque em todas as ditaduras do mundo se deve ter mais medo do guarda da esquina do que propriamente do ditador.

Então, eu não aceito a colocação que Vossa Excelência faz de que eu procurei e tive a preocupação ou intenção de fazer qualquer crítica ao ex-Governador Jayme Canet Júnior, hoje, nosso companheiro de Partido e de quem fui adversário ferrenho aqui nesta Casa quando Líder da Oposição, situação que não me constrange, porque em nenhum momento ataquei a honrabilidade do ex-Governador e a sua conduta pessoal. Se teci críticas no passado, foi contra a conduta política, e hoje, e no passado mesmo, na recente campanha, reconheci publicamente no Paraná a posição progressista, destemida que o ex-Governador tomou em coerência, porque, quando resolveu entrar no PP, renunciou com legitimidade e com coragem cívica que neste Brasil muita gente não faz. Ao assumir o PP, renunciou a sua colocação no Conselho Monetário Nacional, a atitude digna de um homem que resolveu abraçar a causa da Oposição, como muitos outros, seus liderados, a assumirem postura igual.

Então, não aceito a colocação de Vossa Excelência e credito exclusivamente uma interpretação pessoal de Vossa Excelência que procura ver no meu posicionamento uma crítica ao ex-Governador, coisa que não houve, não há e não poderia mesmo haver.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Lamento divergir do nobre Deputado Nilso Sguarezi. As notas taquigráficas aqui estão, em meu poder ...

O Sr. Nilso Sguarezi – Gostaria que Vossa Excelência destacasse estas notas taquigráficas, que lesse e interpretasse corretamente, que fizesse uma interpretação objetiva. Se tem um caso na Assembléia nobre Deputado, se tem um caso na Assembléia que a Assembléia foi subserviente ao Poder Executivo, muitas vezes que tem o “saco puxado” não gosta que tenha o “saco puxado”. Se os Deputados do passado, nesta Casa, quiseram “puxar o saco” do ex-Governador, não se pode creditar falta ao ex-Governador. Esta foi a posição que assumi, que defendo intransigente e não arredo o pé disto.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira – Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Nobre Deputado, é preciso mais tranquilidade em seus pronunciamentos. A agressividade nada constrói; as notas taquigráficas demonstram e provam as afirmativas ...

O Sr. Nilso Sguarezi – Destaque as notas taquigráficas ...

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – em que desmentem as suas afirmativas ...

O Sr. Nilso Sguarezi – Destaque as notas taquigráficas nobre Deputado, leia o trecho em que eu critiquei o ex-Governador. Por favor, leia!

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Folhas quatro, às dezoito e trinta horas, assim se pronuncia Vossa Excelência: “houve mudanças, tanto houve mudanças que, hoje, esta Assembléia, orgulhosamente não é mais “quintal” do Poder Executivo ...

O Sr. Nilso Sguarezi – Houve mudanças porque Jayme Canet está na Oposição hoje.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Ilustre líder, deixe-me ler o seu pronunciamento que está, aqui, escrito e inserido nas notas taquigráficas ...

O Sr. Rubens Bueno – Vossa Excelência permite um aparte, Deputado Francisco Escorsin?

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Deixe concluir o meu relatório.

O Sr. Rubens Bueno – Eu deixo.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Em 1974, dizia Vossa Excelência, o Deputado Waldenício Barbalho requeria à Casa que o escândalo dos muitos e das centenas que apontávamos diariamente e diuturnamente nos jornais, denunciava dos governos passados corrupção e reporto-me aos anais da Casa para refrescar a memória daqueles que hoje, como vestais da moralidade pública, querem esquecer o passado, que lhe é contrário e que acham que a moralidade pública pode ser um corte na história. E assim Vossa Excelência continua, grifados mais aqui, mais dezenas e centenas de expressões que difamam o governo que foi de Canet Júnior. Vossa Excelência não pode contestar.

O Sr. Nilso Sguarezi – Vossa Excelência está vendo coisas que não existe no meu pronunciamento. Aonde está a crítica que Vossa Excelência me atribui ao ex-Governador?

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Ora, meu amigo, quem era Governador em 1974?

O Sr. Nilso Sguarezi – E a crítica era ao governo passado ou a esta Assembléia?

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Só se eu for um cego e um surdo que não entenda e não veja essas suas afirmações ...

O Sr. Nilso Sguarezi – E Vossa Excelência quer atribuir que a crítica a um setor do governo corresponda à responsabilidade do chefe do governo.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN – Contra Jayme Canet e a seu Secretário.

O Sr. Nilso Sguarezi – A um Secretário eu posso admitir, mas ao ex-Governador não, porque a crítica que foi feita aqui depois das eleições, quando o nobre Deputado Osvaldo Alencar apresentou uma crítica aqui do governo passado, da Secretaria de Saúde que estavam construindo casa de altos funcionários da Saúde no Litoral, e um ex-Governador, que substituiu Ney Braga, tomou a providência e realmente aqueles funcionários foram punidos.

Vossa Excelência há de admitir que a crítica foi feita ao Governador, atingiu a figura do Governador, ou atingiu a figura do Secretário? Neste episódio que eu relatei é contra um ex-Secretário do Interior e não à figura do Governador! aonde está a figura do Governador, aí? Eu quero que Vossa Excelência destaque aonde que está a figura do Governador aí.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Nobre Deputado ...

O Sr. Nilso Sguarezi — As críticas que eu fiz e que os Anais da Casa constam é contra o ex-Secretário do Interior, como hoje Vossas Excelências pegam no pé dos dois Secretários ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte, Deputado?

O Sr. Nilso Sguarezi — de Estado, mas não tem, de jeito nenhum, cabimento de criticar o atual Governador. Eu só quero ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O Sr. Nilso Sguarezi — ... dizer a Vossa Excelência para concluir o meu aparte, nobre Deputado Francisco Escorsin, que todos aqueles que apostam, todos aqueles que procuram por lenha na fogueira, na intriga, nesta grande frente que é hoje o PMDB, não vão ter sucesso, quebraram a cara no passado e vão quebrar a cara no futuro, não vão me intrigar com o ex-Governador Jayme Canet Júnior, porque eu falei com consciência tranqüila, não quis atingir o ex-Governador como Vossa Excelência reconhece que é homem bom e honesto ou Vossa Excelência duvida do ex-Governador? Pergunto a Vossa Excelência.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Nobre Deputado não desvie a atenção do seu aparte.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte? *(Assentimento)*.

Congratulo-me com a maneira serena, tranqüila, própria de homem que fala calcado em documentos, em notas em o que esta Assembléia ouviu e que está registrado "ad-perpetuam" nos Anais da Assembléia Legislativa. Vossa Excelência com tranqüilidade, com a tranqüilidade própria daqueles que falam a verdade e a justiça, realmente coloca em cheque o líder do Governo nesta tarde, porque quando Sua Excelência fez o seu discurso, por ocasião da ouvida do Sr. Secretário Belmiro Valverde Castor, o Deputado Nilso Sguarezi, fez referência a um discurso proferido pelo ex-Deputado Waldenício Barbalho, que dizia em 1.977, equivocou-se também nisso o Deputado Nilso Sguarezi, o discurso é de 1.977, denunciava a verdadeira corrupção que havia no Paraná e afirmava mais, nobre Deputado, que um dia o PMDB ia chegar no Poder (vozes sobrepostas).

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — *(Pela ordem)*

O SR. PRESIDENTE *(Nestor Baptista)* A Mesa não aceita a questão de ordem do Deputado.

Está com a palavra o Sr. Deputado Francisco Escorsin.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Em consequência disso.

Deputado Francisco Escorsin, Vossa Excelência revelou ao Paraná aquilo que o PMDB dizia do Governo Jayme Canet Junior, numa bancada liderada pelo Deputado Nilso Sguarezi, onde a coerência, onde a mentira, quando que se mentiu a respeito de Jayme Canet, ontem, hoje ou sempre ou será que essa aliança espúria, que é arco-íris para apossar-se do Palácio Iguaçu e para no Palácio Iguaçu fazer como a grande obra o escândalo dos dólares, vai ter consequência no Paraná.

Nós não nos preocupamos com esta aliança de a, de b ou de c, porque a população do Paraná está vendo o que houve, o Paraná percebe pela imprensa, pela televisão o que está ocorrendo eminente Deputado e Vossa Excelência, independentemente de colocações partidárias de questiúnculas políticas vem a esta Casa para denunciar aquilo que entende correto e para fazer a defesa de um homem, independentemente de partido político, veja Vossa Excelência como se comporta a Bancada do PDS, não importa que um cidadão sério esteja no PMDB, esteja no PDS *(Vozes sobrepostas)*.

Será que tem mais um nervozinho no plenário?

O SR. PRESIDENTE *(Nestor Baptista)* Com a palavra o nobre Deputado Francisco Escorsin. A Mesa solicita aos nobres Deputados que mantenham o devido respeito. *(Tumulto no plenário, apartes paralelos)*.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Continua com o aparte o nobre Deputado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Para concluir o meu aparte.

Eu sei que quando Vossa Excelência faz essas colocações, há irritação, há nervosismo. Os históricos se manifestam neste plenário. Mas Vossa Excelência faz bem ao defender a honradez do ex-Governador e provar ao Paraná que os homens do PMDB mentem hoje, como mentiram ontem. Meus cumprimentos.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência permite um aparte? *(Assentimento)*.

Vossa Excelência ao ler as notas taquigráficas do discurso proferido pelo Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência cometeu um pequeno engano, não é Deputado Valdecínio; é Deputado Waldenício Barbalho. Vossa Excelência cometeu um engano. Portanto, deve ser assim alguma, se Vossa Excelência se equivocou ao ler o nome do Deputado, deve ter se equivocado no pronunciamento do líder do PMDB.

Portanto, Vossa Excelência não ter que ser cumprimentado, pelo contrário, Vossa Excelência quer deturpar um pronunciamento feito pelo Líder do PMDB nesta Casa.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Rubens Bueno. E quero esclarecer à Casa, e aos digníssimos Deputados:

não sou demagogo, tenho um passado que me credencia, como Deputado decano desta Casa, e quero reprimir a essa agressividade, essa intolerância dos Srs. Deputados do PMDB. O meu objetivo foi tão somente, reparar as injustiças praticadas contra um paranaense que tanto serviu ao setor privado e ao setor público, que é o ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Nilso Sguarezi – Está servindo, nobre Deputado, não cometa injustiça agora.

O SR. PRESIDENTE (*Nestor Baptista*) Consulto à Liderança do PDS se faria uso do seu horário. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do PDS, por meu intermédio, quer revelar ao Paraná e a esta Casa, que apresenta uma série de pedidos de informação, com relação ao escândalo dos dólares, que afronta a consciência dos homens sérios desta Nação. Escândalos dos dólares, que causou prejuízo ao Estado do Paraná, e que a Bancada do PMDB reconhece em nota oficial que se trata do escândalo da corrupção neste Estado.

Para conhecimento de todos, lerei os requerimentos apresentados: (*Lê*):

“Os Deputados da oposição que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Banco Central do Brasil, solicitando as seguintes informações:

Quais as operações de empréstimos em dólares contratadas pelo Governo do Paraná, no dia 29 de dezembro de 1983 que faziam parte respectivamente dos Projetos I e II da Fase I da renegociação da dívida externa brasileira e se havia autorização ou proibição para o pagamento de taxas de intermediação adiante especificadas:

a) operação com o Comind Grand Cayman, BNI - Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, no valor de 10 milhões de dólares, na qual foram pagas com taxa de intermediação, 7,5% ao Banco Comind S.A e 2% ao Escritório chamado “Banque D’Affair Ltda.,” considerado nesta Casa como escritório de picaretagem, pelo Secretário do regime peemedebista do Paraná.

b) Operação com o Banco de La Província de Buenos Aires no valor de 3 milhões de dólares no qual foram pagos como taxa de intermediação 6% ao Banco de La Província de Buenos Aires e 3% a MG Assesores Financeiros, firma de picaretagem.

Operação com o First National Bank of Boston, no valor de 8 milhões de dólares a qual foi paga à empresa BCN Negócios a taxa de intermediação de 8%.

Segunda questão, Senhor Presidente. Se a Secretaria de Finanças do Estado do Paraná solicitou autorização ao Banco Central para efetuar o pagamento das taxas de intermediação e, no caso afirmativo, qual a resposta do Banco Central.

Se houve solicitação e/ou resposta, que o Banco Central encaminhe a esta Assembléia cópia da correspondência recebida e/ou expedida.

Segundo pedido de informação Senhor Presidente e Senhores Deputados Requer o envio de pedido de informações ao Banco do Estado do Paraná, sobre pagamento de serviços de assessoria de onze milhões,

setecentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e oito cruzeiros e trinta e sete centavos à empresa estrangeira Irving Trust Assessoria e Consultoria Ltda. conforme nota fiscal de serviço nº 081, emitida no dia 13 de julho de 1983, Explicar:

Se a operação de empréstimo foi efetuada de acordo com a Lei nº 4131 ou segundo Resolução do Banco Central nº 63.

E, como a comissão de 1% sobre o empréstimo de dois milhões de dólares perfaz o total de 21 mil dólares, quando o correto seria 20 mil dólares.

Se o pagamento dessa comissão estava autorizado pelo Banco Central. Se foi procedida a licitação para contratação dos serviços de assessoria.

2) Sobre o pagamento de 26 milhões, 929 mil cruzeiros à empresa MHT serviços de Administração LTDA., conforme Nota Fiscal nº 617, emitida em 27 de julho de 1983, explicar, se é praxe a estabelecimento de crédito oficial efetuarem pagamentos a serviços de assessoria técnica relacionadas com a operação de capital.

Qual o montante de capital do Banco, que o banco aplicou através de serviços de assessoria em questão. Onde foi aplicado o referido capital?

Por quanto tempo ficou e em que local aplicado o capital?

Qual o rendimento que o Banco do Estado aferiu com as aplicações que efetuou através da aludida assessoria. Se a empresa MHT, Serviços de Administração Ltda., é autorizada pelo Banco Central, para operar no mercado financeiro?

Por que da contratação de uma empresa de São Paulo para prestar serviços de assessoria na aplicação de capitais?

Se foi procedida a licitação para a contratação dos serviços?

Se é Sr. Presidente, Srs. Deputados, tecnicamente viável efetuar o pagamento no mesmo dia da emissão da Nota Fiscal, nota emitida na capital paulista, sobre o pagamento de 17 milhões e 541 à Republic International Dallas do Brasil Ltda., conforme Nota Fiscal nº 332, de 20 de julho de 1983, esclarecer qual é o montante do empréstimo contratado em dólares, se a operação que originou o pagamento dessa comissão era da Lei nº 4131, ou a operação nº 63. Se o pagamento desta comissão estava autorizada pelo Banco Central a operar no Mercado de Capitais, se houve processo licitatório para a contratação de serviços do autônomo? Em caso afirmativo dizer, quais os concorrentes, quais os critérios da decisão da escolha, em caso negativo responder, por que o Banco do Estado do Paraná, gasta 108 milhões de cruzeiros, sem licitação pública?

Onde a moralidade?

Onde a austeridade?

A cotação do dólar no dia do empréstimo, se é tecnicamente possível efetuar-se o pagamento no mesmo dia da nota fiscal, nota fiscal essa, emitida na cidade de São Paulo, o Banco do Estado do Paraná, como num passe de mágica paga esses valores, para empresas autônomas, sem licitação pública.

Sobre o pagamento de 51 milhões 191 mil cruzeiros a Sílvia Martins Furlain, mediante recibo de pagamento de autônomo, datado de 19 de julho de 1984 e preenchido na ex-capital federal, no Rio de Janeiro.

Esclarecer que tipo de assessoramento financeiro foi prestado pelo emitente do recibo, Sr. Sílvia Martins Furlain, se foi a título de intermediação para o empréstimo

externo, especificar o montante da operação, em que data foi realizada e qual a instituição financeira.

Qual a qualificação e experiência profissionais do beneficiado no pagamento em questão, se foi procedido o processo licitatório para a contratação da prestação de serviços do autônomo, em caso afirmativo quais os concorrentes, quais os critérios, de decisão da escolha. Em caso negativo, por que não se fez a licitação e acordo com o decreto-lei federal que regulamenta a matéria nº 200. Se o citado. Sílvio Furlain está habilitado pelo Banco Central a operar no mercado financeiro e se tem empresa legalmente constituída para tal. Outro pedido de informações, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a Bancada da Oposição apresenta, é o seguinte:

Considerando que nas operações de crédito para obtenção de recursos externos realizados em 1983, o Estado pagou 584 mil dólares a título de comissão para empresas de intermediação, sendo 200 (duzentos) mil dólares para o Banque Diafair Ltda., 90 mil dólares para MG Assesores Financeiros e 294 mil dólares para a indefectível Lemann Ltda. Participações e Empreendimentos, essa empresa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que é dirigida por um cidadão que foi proibido de operar no mercado financeiro de São Paulo porque lesou milhares e milhares de investidores em letras de câmbio e de outros papéis; essa empresa dirigida por um homem que não pode operar no mercado financeiro, recebeu, a valores de hoje, mais de 400 milhões de cruzeiros, para pegar um empréstimo do banco, para dar para o regime do PMDB do Paraná.

Se existe contrato com as referidas empresas e se existe o envio a esta Assembléia de cópia dos contratos, digo, e se existe o envio desses contratos à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Se foi feito processo de licitação pública para contratar essas empresas.

Quais as outras empresas que concorreram.

Qual a constituição de cada uma delas. Quem são as pessoas que estão ganhando 400 milhões de cruzeiros sem licitação pública; essas pessoas que fraudaram já o povo na cidade de São Paulo com a Corretora Menezes, em São Paulo, e que foi impedida pelo Banco Central de operar em mercados financeiros.

Informar a que título, em cada um dos casos, se efetuou o pagamento e qual a dotação e elementos de despesas que suportou o pagamento, e quanto, em cruzeiros, na data de hoje e na data da operação, recebeu cada uma das empresas.

Informar qual a data de criação de cada uma dessas empresas.

Qual a lei que regulamenta essas empresas.

Nós sabemos que até para um despachante de trânsito é necessária uma regulamentação. Quando, digo, onde estão amparadas essas empresas que gastam e que ganham em 3, 4 dias, ou 3 ou 4 semanas, passando telex de São Paulo para cá, 400, 500, 600 milhões de cruzeiros.

Outra solicitação que estamos fazendo é com relação aos empréstimos da COPEL, porque enquanto o Estado do Paraná, o Secretário das Finanças pagava essa intermediação, indevidamente, a COPEL, no mesmo tempo, nos mesmos dias, nos mesmos meses, fazia as operações e pagava apenas 0.5% de intermediação, enquanto que o Estado do Paraná que é o dono da COPEL pagava 8, 9, 9,5% de intermediação, a COPEL que é do Estado do Paraná, na mesma data.

fazendo empréstimo de 21 milhões pagava apenas meio por cento. Então, nós queremos saber qual é o milagre? Qual é o milagre? Se a COPEL pode fazer empréstimo, não paga taxa de comissão, não paga taxa de corretagem, por que o Estado do Paraná através do Secretário das Finanças tem que pagar essas taxas, para empresas que estão impedidas de operar no mercado financeiro?

O Sr. Mario Pereira – Permite-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

O Sr. Mário Pereira – Acho que Vossa Excelência se equivoca, quando diz que a COPEL não paga taxa de intermediação. A COPEL pagou num empréstimo meio por cento, e pagou em outro empréstimo 1%. Portanto, é uma questão do valor da taxa, e não de ter ou não ter a taxa. O BADEP também pagou taxa de intermediação. Repassou para o tomador final, mas, tinha também.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Concorde com Vossa Excelência, mas porque é que o Estado paga 9% a mais?

O Sr. Mário Pereira – Eu não sou técnico, mas posso lhe dar a seguinte explicação: os Bancos Internacionais mantêm linhas de crédito setorializadas. Há créditos do setor siderúrgico, crédito para o setor elétrico, energético, e créditos que poderiam utilizar os Estados para a rolagem da sua dívida. A busca de recursos nessas linhas de crédito de energia não eram da forma que eram, feitos pelos Estados, enquanto o Brasil negociava seu “Jumbo Um”, “Jumbo Dois”. e mais não sei o quê, tão intensa quanto evidentemente nessas áreas, a área da COPEL não havia essa busca incessante.

Evidentemente havendo essas linhas de crédito, com dinheiro disponível, as taxas caíam, como hoje, não havendo mais, tendo o Brasil negociado “Jumbo Um”. “Jumbo Dois”, se acertado com o FMI, mais essa pressão, em busca de recursos, e as taxas caíram a nível de 3%. Essa é uma explicação, que eu posso dar sem ser técnico no assunto, mas usando, pelo menos, a minha lógica e o meu bom senso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Eu realmente percebi que Vossa Excelência não é técnico no assunto. Realmente Vossa Excelência disse bem, quando disse que não é técnico no assunto, até porque Vossa Excelência fala na rolagem da dívida, e a rolagem da dívida, vejam os Srs. Deputados, o escândalo, o Banco do Brasil ofereceu no final de 1983, 8 milhões de dólares para o Estado do Paraná; o Estado do Paraná do Banco do Brasil só pegou 2 milhões de dólares, por que? Porque a autorização do Banco Central, para rolar a dívida do Estado do Paraná, era de 44 milhões de dólares, no total.

Então, em dezembro, o Governo do Estado não poderia pegar mais do que esses dois milhões de dólares, no Banco do Brasil, mas, sobraram esses 8 milhões ofertados, porque o Estado só pagou dois, sobrou seis milhões de dólares. Em dezembro, dia 15, 20 de dezembro, sabem o que aconteceu? O Estado do Paraná prefere ir negociar novamente com a Lemann, pagando a comissão de 6.85%, ao invés de negociar 6 milhões com o Banco do Brasil, que não tinha taxa de corretagem.

Isto é, o Banco do Brasil não cobra taxa de corretagem. Se o Estado tivesse feito operação de 8

milhões com o Banco do Brasil, sabem qual seria o custo da intermediação? Zero, nada, nada.

Ora, o Secretário das Finanças, na sua prodigalidade, na sua liberalidade, resolve fazer operação, com quem? Com a Lemann Participações e Empreendimentos de São Paulo.

O Deputado Acir quer um aparte, eu concedo a Vossa Excelência.

O Sr. Acir Mezzadri — Nobre Deputado eu estou atentamente prestando atenção em vosso pronunciamento, e gostaria de lembrar que a COPEL não tem intermediação nas questões de empréstimo no exterior, no entanto, ela paga um "lobby" há mais de dez anos, na ordem de três milhões de cruzeiros por mês, isso um contrato firmado em um escritório no exterior. No entanto para separadamente todas as questões, os projetos, para empréstimo internacional a parte desse mesmo "lobby" e gostaria de me somar com Vossa Excelência na questão das taxas de intermediação. Logo que me parece que não é permitido pelo Banco Central, no entanto eu pergunto a Vossa Excelência, se essas taxas foram pagas apenas pelo Paraná ou se elas estão sendo pagas por todos os Governos do Brasil?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência faz indagação a mim?

O Sr. Acir Mezzadri — Perfeitamente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Digo a Vossa Excelência que no Estado do Paraná estão sendo pagas as taxas mais altas da Nação brasileira. Mais ainda, eminente Deputado, Vossa Excelência não vá querer confundir...

O Sr. Acir Mezzadri — Eu coloco a questão das taxas de intermediação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência não pode querer comparar duas coisas distintas. Seria a mesma coisa que eu querer comparar Vossa Excelência com o Deputado Mário Pereira. Eu não posso. Vossa Excelência é um homem mais alto, mais gordo; a única similitude que guardam é o bigode. Vossa Excelência não vai querer comparar o Estado do Paraná com o Piauí. Vossa Excelência não vai querer comparar o Estado de Santa Catarina, que não pagou taxa de comissão, com o Estado de Alagoas e assim por diante.

É evidente, nobre Deputado que esse tipo de argumentação, é aquilo que o Secretário Belmiro Valverde Castor disse, é uma argumentação infantil por pessoas que desconhecem o mercado financeiro e o mercado de empréstimos internacionais, e que tenta justificar a "mutreta" que o Secretário das Finanças se referiu nesta Casa. Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Acir Mezzadri — Pernambuco está pagando 11% Sr. Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — E Vossa Excelência sabe quanto deve o Pernambuco? Vossa Excelência sabe quanto deve o Paraná? Vossa Excelência sabe que o Paraná é o Estado que tem o menor índice de endividamento externo, e a melhor

taxa de risco de investimento? Vossa Excelência antes de discutir, Deputado Acir Mezzadri, eu recomendo que ouça antes a missa inteira do Secretário das Finanças.

Concedo o restante do meu tempo ao nobre Deputado Fuad Nacli. — (Sem revisão do orador).

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente, não estávamos inscritos para falar e nem usar da tribuna no dia de hoje, mas, com referência ao pronunciamento do ilustre Deputado de Londrina, Márcio Almeida, com referência ao convênio, e dizendo que não há discriminação no Estado do Paraná, queremos dizer, a discriminação começou pela chapa da Associação dos Municípios.

Alguém deve ter a memória curta, mas esqueceram que havia três chapas, e o Governo José Richa e o Partido de Vossa Excelência impuseram a saída do Deputado Pinto Dias de uma chapa para concorrer com a chapa que era do atual Prefeito Nivaldo Krüger, que era só composta de elementos do PMDB, não havia nenhum Prefeito sequer, incluído na Associação dos Municípios.

Foi a razão com que os Prefeitos do Paraná, o PDS do Paraná se viu na obrigação e no dever de criar a Associação dos Municípios do PDS. Não queremos discriminar ninguém.

Vossa Excelência disse que em Telêmaco Borba se iniciaram os convênios. Quero dizer à Bancada do PMDB: nós nunca procuramos discriminar quem quer que seja, e às vezes, alguns Deputados vão à tribuna e se referem a toda Bancada da Oposição, da qual faço parte. Mas não concordo com discriminações

Agora há pouco, conversando com o Prefeito Aurélio Regaço, de Nova Aurora, ele me disse...

O Sr. Rubens Bueno — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Vossa Excelência confirma que existe discriminação por parte do Governo do Estado?

O SR. FUAD NACLI — Quem diz que há discriminação não sou eu, são as informações do próprio governo. Se Vossas Excelências notarem que um município como Jesuítas recebeu um milhão de cruzeiros, e os Municípios de Vera Cruz e de Três Barras receberam três milhões aí está a prova evidente. Eu disse isso ao Governador do Estado, José Richa.

Digo porque foram informações dadas pelos Deputados Werner Wanderer e Erondy Silvério, e essas informações vieram para esta Casa. Foi a sobra do ICM, o rateio e a discriminação está aí. Muito mais do que estas, são as perseguições onde existem postos de saúde, a pessoas qualificadas, para colocar pessoas que não têm condições para trabalhar em postos de saúde.

O Sr. Rubens Bueno — A diferença que existe — e eu só quero lembrar Vossa Excelência, que as indicações feitas para a Secretaria de Saúde foi num período eleitoral, e o PMDB está fazendo mudanças muito antes do período eleitoral, para que eles tenham competência administrativa e entendam o problema de saúde.

Esta é a grande diferença entre as indicações do PMDB e as do PDS.

O SR. FUAD NACLI — Com todo respeito, mas nós que

somos Deputado pela quinta legislatura, sempre respeitamos a saúde e a educação, e sempre tivemos um tratamento para os municípios, tanto do nosso Partido como do Partido de Vossa Excelência.

O Sr. Rubens Bueno -- Vossa Excelência cita um município. Eu poderia citar municípios do PMDB também que, pelo critério de Vossa Excelência, estão discriminados pelo nosso Governo.

Então, temos que citar os outros municípios do PDS.

O SR. PRESIDENTE -- Está encerrado o horário de Vossa Excelência. A Mesa concede 30 segundos para encerrar.

O SR. FUAD NACLI -- Nós viemos aqui para dizer que o Prefeito de Nova Aurora estará aqui terça-feira se Deus quiser, para dar uma satisfação à Comissão de Saúde, para provar com dados concretos e positivos, as reivindicações que fizemos junto à área federal e não queremos a discriminação de nenhum município do Paraná, seja do PDS, seja do PMDB.

Esta é a nossa posição nesta Casa, aqui.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE -- Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso de seu horário.

Por dez minutos, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezí.

O SR. NILSO SGUAREZI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou estranhando uma coisa: vim aqui neste plenário, falei para dois canais de televisão e para dez rádios na quarta-feira passada. Passou uma semana e só agora começam a tirar interpretação do meu discurso, dizendo que eu fiz acusações ao ex-Governador Jayme Canet Júnior. E quem parte com estas deduções e conclusões é o pessoal do PDS.

Então, me parece que, na verdade, o que se procura tirar do episódio da última audiência dos Srs. Secretários de Estado, não é qualquer contrariedade entre os mesmos, mas sim alguma coisa que o Líder do Governo teria falado e alguma coisa que criaram, porque eu, desafiando o Deputado para citar onde que eu teria feito acusação ao ex-Governador, este não conseguiu, com as notas taquigráficas à mão.

Então, quero dizer à Casa, que dou por encerrado o episódio, porque na realidade não fiz acusação nenhuma e as conclusões de ordem meramente subjetivas, que o pessoal do PDS está tirando, fica por conta deles.

Não tenho de dar resposta alguma a esse pessoal.

O Sr. Ferrari Júnior -- Vossa Excelência me permite um aparte? -- (Assentimento).

Eu ouvi o depoimento do ilustre Deputado Francisco Escorsin, e a defesa proposta pelo Líder da Bancada do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira.

É incrível, Deputado, e eu entendo perfeitamente a posição do PDS, e gostaria que Vossa Excelência

também entendesse: quantos governadores passaram pela ARENA e pelo PDS, e os Srs. já notaram que os elogios são somente para o Sr. Jayme Canet Jr. Isso, evidentemente, nos envaidece, porque é o Sr. Canet um companheiro do nosso Partido.

Esquecem-se os homens do PDS, alguns deles evidentemente -- aqueles que eu me refiro -- de outros governadores, e estão praticamente achincalhando os ex-governadores do PDS, enaltecendo um governador que é do PMDB.

E nós estamos notando que há uma tentativa, eminente Líder da Bancada do PMDB de fazer com que o Governador Canet crie ou tenha ou sinta algum problema junto ao PMDB porque o PDS precisa juntar os cacos, os restos deixados da campanha passada e quer de volta, com certeza, o Sr. Jayme Canet, que não vai voltar, que vai continuar conosco.

É a única coisa que eu posso ver, a tentativa desesperada de criar um impasse de Canet com o PMDB, para Canet dar uma mão para o PDS, o que não acredito, absolutamente.

O Sr. já imaginou o PDS não ter candidato para disputar as próximas eleições? O PMDB, hoje tranqüilo, sabe que para as próximas eleições, pode disputar com Álvaro Dias, Jayme Canet Júnior, tanto faz, a vitória é certa.

Agora, o PDS está num desespero. Já imaginou um candidato com a cara do Saul Raiz, o tronco de Ney Braga, os membros de outro candidato qualquer? Vira um monstro. Daí essa tentativa desesperada de criar um impasse, Jayme Canet com a bancada do PMDB.

E deixamos o nosso respeito, o respeito dessa Liderança, o respeito da Bancada do PMDB ao grande Governador Jayme Canet, nosso companheiro.

O SR. NILSO SGUAREZI -- Muito obrigado, nobre Deputado.

Mas, Srs. Deputados, eu vim à tribuna para, na condição de Posição e falando em nome da Bancada do PMDB, render homenagens ao Governo Federal.

Pode realmente parecer estranho que nós, da Oposição, Oposição há muitos anos a esse sistema, vimos aqui, da tribuna, render homenagens ao Governo Federal: (Lê):

“Realiza-se em Londres, Sr. Presidente, no período de 7 a 9 de junho próximo, a conferência dos chefes de Estado dos sete principais países industrializados e sem dúvida o tema central será a situação da dívida do terceiro mundo, agravada pela alta sem precedentes das taxas de juros, por determinação unilateral do Governo Reagan, preocupado em garantir a estabilidade da economia norte-americana, como sempre às custas do sacrifício dos pobres de todo mundo.

É dentro deste contexto, Srs. Deputados, que saudamos a nota conjunta divulgada sábado, em Brasília, pelos governos do Brasil, México, Argentina e Colômbia, protestando contra a elevação das taxas

de juros internacionais e pedindo uma política global em benefício dos países subdesenvolvidos.

Circunstancialmente, para vergonha nossa, dos quatro Presidentes signatários, apenas o Presidente João Baptista Figueiredo não foi legitimado pelo voto e por este motivo não consegue personificar os anseios de todos os Brasileiros. Raul Alfonsín, da Argentina, Miguel de La Madrid, do México, e Belisário Betancour, da Colômbia, representam regimes democráticos, pluralistas e povos que a cada dia estão mais determinados a construir os seus próprios destinos.

Apesar disso, Srs. Deputados, a nota conjunta deixa bem claro a intenção dos signatários, de constituir uma aliança dos países latino-americanos, a partir da próxima realização de uma conferência dos Ministros de Relações Exteriores e das Finanças de todos os países da região.

A posição adotada pelo Brasil, com o apoio do México, da Argentina e da Colômbia, corresponde a uma arma de pressão para convencer o Governo Reagan a modificar sua posição na próxima conferência dos países mais ricos da Terra.

Ou para falar mais claro, Sr. Presidente, no jogo bruto das altas finanças internacionais, não podemos continuar na posição de capacho dos potentatos que decidem a sorte dos povos de acordo com os apetites insaciáveis dos banqueiros. É preciso jogar tudo, com a altivez que caracteriza os povos livres e soberanos.

Aliás, temerosos de perder os dedos e com eles os anéis, os próprios banqueiros internacionais, com o apoio relutante do Fundo Monetário Internacional, já estão admitindo juros mais moderados para os povos subdesenvolvidos e prazos de até 30 anos para o pagamento de suas dívidas.

Isso quer dizer que as prestações seriam menores, sobrando recursos para investimentos em setores prioritários da economia.

Antes de prosseguir em nossas considerações, queremos deixar registrado nos Anais desta Casa, o inteiro teor da nota conjunta, datada de 19 de maio de 1984:

“Os presidentes do Brasil, Argentina, México e Colômbia, manifestamos nossa preocupação com o fato de que as aspirações de desenvolvimento de nossos povos, o progresso das tendências democráticas na região e a segurança econômica do nosso continente estão seriamente afetados por fatos externos e fora do controle de nossos governos.

Os sucessivos aumentos das taxas de juros, a perspectiva de novos aumentos e a proliferação e a intensidade das medidas protecionistas, criaram um panorama sombrio para nossos países e para a região, em seu conjunto.

Nossos países não podem aceitar indefinidamente estes riscos. Temos expressado nossa firme determinação de superar os desequilíbrios e restabelecer as condições para a retomada do crescimento econômico e do processo de elevação

do nível de vida dos nossos povos.

Fomos os primeiros a demonstrar empenho em cumprir os compromissos financeiros em termos compatíveis com o interesse da comunidade internacional. Não aceitamos ser acuados a uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada.

Consideramos indispensável que se inicie, sem demora, um esforço concentrado da comunidade internacional, com o objetivo de definir ações e medidas de cooperação que permitam resolver esses problemas, especialmente nos setores interligados do comércio e das finanças internacionais.

Em consequência, nós, os presidentes, propomos a adoção de medidas concretas para promover mudanças substantivas na política financeira e comercial internacional, que ampliem as possibilidades de acesso dos produtos de nossos países aos mercados dos países desenvolvidos, representem um alívio substancial e efetivo do peso de endividamento e permitam assegurar a retomada dos fluxos de financiamento ao desenvolvimento.

Em particular, devem-se obter prazos de amortização e períodos de graça adequados, e redução de taxas de juros, margens, comissões e outros encargos financeiros.

Em vista do exposto, convocamos uma reunião entre os chanceleres e os ministros responsáveis pela área financeira em nossos países, a realizar-se no mais breve prazo possível, com a presença de outros países latino-americanos, a fim de definir as iniciativas meios de ação mais apropriados, com vistas a alcançar soluções satisfatórias para todos os países interessados”.

Por isso, Sr. Presidente, faço questão de, em nome da Oposição do Paraná, transcrever a nota de inteiro teor emitida por estes três países, que é um grito de alerta e um brado verdadeiramente de independência e da soberania destes povos. Porque não é mais possível admitirmos o aumento unilateral das taxas de juros, com esta política de Reagan, jamais pagaremos a nossa dívida, porque num simples jogo contábil, a nossa dívida, em vez de diminuir, crescerá indefinidamente.

Por isso, Sr. Presidente, vemos um ato de soberania do Presidente João Figueiredo, ao assinar um documento desta jaez. E por isso, em nome da Oposição, não fazemos oposição sistemática, não temos o espírito embotado por essa oposição sistemática que está ocorrendo no Paraná que não vê um só ato de governo, propício em favor do desenvolvimento do nosso povo.

Nós da Oposição, que há vinte anos condenamos esse modelo econômico e este regime de arbítrio, temos a dignidade suficiente para vir hoje, aqui, alto e bom som, defender um ato de soberania de um presidente que faz em defesa do seu povo.

Por isso, Sr. Presidente, queremos deixar consignado na Casa, um voto de louvor ao Governo

Federal, porque, neste momento, representa os interesses nacionais. E não somos daquele tipo de oposição que só luta em favor dos interesses partidários, que não consegue ver um palmo à frente do nariz como se faz aqui no Paraná, hoje. Achando que o trabalho, a dignidade dos paranaenses, cai tudo por terra com um simples ato de governo. Este tipo de Oposição: embotada, mesquinha, imatura e despreparada, não pode continuar.

Por isso, Sr. Presidente, queremos aqui pedir o apoio da Bancada do PDS, para que dê um voto de aplauso ao Governo Federal, porque, neste momento, ele representa os interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Com a palavra o Sr. Deputado Rubens Bueno, por dez minutos.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Temos vivenciado, nestes últimos dias, na vida política deste Estado, a um verdadeiro “canto da sereia” que, as chamadas oposições ao Governo José Richa vem tentando encarniçadamente fazer repercutir no conjunto da opinião pública, objetivando atrair para si as simpatias populares, sem, todavia, alcançar suas medíocres finalidades.

Indiscutivelmente, esta Assembléia Legislativa reassume gradativamente a sua função, em toda a extensão da palavra, tornando-se um foco de discussão dos grandes temas nacionais, e notadamente os deste Estado, fiscalizando as atividades dos demais Poderes, no sentido de que também estes estejam voltados aos reais interesses dos cidadãos.

Neste contexto, o PMDB tem reafirmado o seu compromisso, assumido não só nas últimas eleições, mas também ao longo da militância que fez dele o maior partido de oposição no País, fazendo valer as verdadeiras prerrogativas desta Casa, que nunca existiram (e todos nós temos ciência de tais fatos) em legislaturas anteriores, onde o então MDB era Minoria.

Estiveram presentes nesta Casa, na semana passada, os Secretários de Estado do Planejamento e das Finanças, depondo sobre fatos acontecidos durante este Governo e relativos às suas pastas (a requerimento dos Parlamentares do PMDB). Aqui foram submetidos às inquirições dos integrantes deste Poder, discorrendo, nesta ocasião, sobre o assunto que motivou as suas respectivas presenças.

Não obstante as garantias que o PMDB teve a preocupação de demonstrar, com relação à livre exposição das defesas dos dois detentores daquelas Pastas (valendo aqui destacar a brilhante condução dos trabalhos, desenvolvida pela Mesa deste Plenário), o posicionamento faccioso do PDS ficou evidenciado após o primeiro depoimento, quando praticamente dava por encerrado o assunto, esquecendo um dos princípios básicos do processo, ou seja, o contraditório, dando oportunidade para a resposta do outro depoente.

Esqueceu aquele Partido, o amor à verdade, que além de uma característica absolutamente necessária a

qualquer agremiação que se preza, é uma virtude a ser cultivada. Irrefletidamente lançou-se no campo das suposições e afirmações sem fundamento, deixando de lado a racionalidade de que carece a análise dos fatos.

Chegaram ao cúmulo de, deixando de lado toda a consciência moral, terem a iniciativa de subir à tribuna, desta Casa, com o mesquinho e ridículo objetivo de acusar os integrantes deste Governo, e até de colocar em dúvida o posicionamento imparcial do Governador Richa, quando todos nós temos bem presente, que as falcaturas e a pilhagem foram praticadas durante o anterior governo, quando todos nós temos bem presente que os juízes somos nós; eles é que são os réus.

O governador tomou a decisão correta: a Comissão de Alto Nível por ele nomeada, composta de nomes acima de qualquer suspeita, e por demais considerados nos meios públicos do nosso Estado, impunha-se com o objetivo de clarear a complexidade dos fatos e norteá-lo numa decisão que exige, acima de tudo, serenidade e justiça.

Portanto, não há dúvida que fracassou estrondosamente a inequívoca atitude de magoado revanchismo que os Parlamentares do PDS tomaram durante este episódio político. O falso moralismo é piegas e repugnante, próprio de quem não tem competência a nem idoneidade para criticar posicionamentos corretos, porque está habituado a compactuar com irregularidades e, neste particular, o PDS — que tentava caçar uma lebre — foi caçado, porque desprezou a capacidade de discernimento do povo paranaense, que ainda está bem lembrado dos tempos negros de obscurantismo político.

O PMDB tem tido uma conduta tática irrepreensível dirigida ao atendimento mais caro das reivindicações populares, apurando irregularidades do antigo governo e também do atual governo. Temos sido os primeiros a, do alto desta tribuna, nos posicionarmos contrários a essas práticas, desprezando a época em que se consumaram investigando com a mesma seriedade todos esses fatos.

Por esta razão, não podemos de modo algum, ficar indiferentes às evidentes tentativas da “oposição” em confundir a opinião pública, lançando mão da confusão e desviando as atenções de si.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem abandonou covardemente a CPI da Corrupção foi o PDS, temeroso de que viessem, como vieram a lume, o rol mal-cheiroso de sujas negociatas, que nenhum título ao governo anterior trouxeram, a não ser de descomprometimento total com os anseios do Paraná, atitude que em muito lembra as intenções do famoso personagem encenado pelo humorista Chico Anísio, o conhecido “Justo Veríssimo”.

Apesar de tudo, prosseguiremos no nosso governo transparente honrando o compromisso que temos com o Estado, na apuração e punição de todos quantos se divertiram com o erário público”.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Eu agradeço o aparte de Vossa

Excelência, e gostaria de lembrar, eu tive um professor no colégio, ele foi Deputado Federal, ele dizia quando ele ouvia alguma coisa que não lhe agradava ou lhe ofendia a inteligência, Professor Deputado Federal Ari de Lima, ele dizia que sentia um coice no pé do ouvido.

E quando alguém diz que o PDS faz oposição, eu sinto um coice no pé do ouvido.

O SR. RUBENS BUENO — No meu discurso está “oposição”.

O Sr. Ferrari Júnior — Eu não pude ver, evidentemente, as aspas, mas agora eu entendo naturalmente a colocação de Vossa Excelência.

Nós tivemos neste plenário, um debate com a presença de dois Secretários de Estado, tantas coisas a serem perguntadas, a serem formuladas, duas emissoras de televisão transmitindo ao vivo, emissora de rádio, imprensa em cima, chegamos a um momento em que o PDS criou um qüiproquô danado, porque existia um xerox num papel timbrado do Governo do Estado do Paraná, quando esse papel original, esse documento era original, original era do Banco do Brasil, foi necessário um tempo de dez minutos, por aí, para que o Secretário de Finanças explicasse que era impossível tirar o xerox com o timbre do Banco do Brasil, que era em alto relevo e seria impossível.

Então a tal de “oposição” começa pegar essas coisinhas que não têm, não dá, entendeu, que é o tal do coice no pé do ouvido, sabe, Deputado.

Veja Vossa Excelência, agora há pouco, nós ouvimos o eminente Líder da Bancada do PDS discutindo assunto tão sério, nós ouvimos com tanta atenção um pedido de informações que ele fazia a esta Casa, e nós discutimos com o Líder Nilso Sguarezi, que deveremos aprovar esses pedidos de informações, não deveremos sonegar, o líder concordou plenamente, a Bancada do PMDB aprova esses pedidos de informações e de repente o eminente Líder do PDS fazia umas comparações.

Sua Excelência comparava o bigode do Deputado Acir Mezzadri com o bigode do Deputado Mário Pereira. Isso é maneira de se fazer oposição?

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO — Concedo aparte ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Deputado Rubens Bueno, não que Vossa Excelência tenha memória curta, mas Vossa Excelência não era Parlamentar na legislatura passada.

O SR. RUBENS BUENO — Eu tenho só dois minutos, e gostaria de ouvir o Deputado Augusto Carneiro, se Vossa Excelência me ajudar... Estou ouvindo com o maior prazer, só quero lembrar que ainda tem mais um orador que vai ocupar o horário da Liderança.

O Sr. Tércio Albuquerque — Eu agradeço o aparte.

O SR. RUBENS BUENO — Com muito prazer, Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Deputado Augusto Carneiro — Deputado Rubens

Bueno, só quero ver se também sou breve no aparte para não tomar tanto tempo.

Quando Vossa Excelência fere a Bancada do PDS, do meu Partido, é com palavras agressivas, colocações pesadas, naturalmente isto é porque as palavras de alguns membros da minha Bancada têm ferido o interesse, o princípio e, principalmente, o interesse do atual Governo, do Governo que Vossa Excelência faz parte, então é como disse o nobre Deputado Ferrari Júnior, quando uma oposição vem contundente, é como um coice, talvez tenha isso parecido como um coice, as palavras verdadeiras e pesadas que têm que ser ditas aqui.

Eu só queria dizer mais de que, quando algum Deputado do PDS repele informações a respeito e pede que o governo explique determinados fatos, e o governo como um todo, não a pessoa do Sr. Governador, o governo como um todo explique, determinadas posições escusas e duvidosas é que existe do governo, nenhum Deputado faz em seu nome, acredito eu, mas a oposição existe como sempre existiu é para transmitir a vontade do povo, é o povo do Paraná que está exigindo que se esclareça a questão dos dólares, que se esclareça as questões levantadas no Banco do Estado, onde foi apresentado requerimento, hoje é o povo do Paraná, e em nome deste povo, é que nós temos obrigação de suscitar aqui nesta Casa, que se esclareça estas dúvidas.

Então Vossa Excelência não coloque, generalizando de que todos os Deputados desta Bancada são irresponsáveis, estão machucados; absolutamente, nobre Deputado.

Só para chamar a atenção neste ponto, de que tem Deputados de ambas as Bancadas que querem um esclarecimento, que querem o bem deste Estado, que sabem que são honestos e que desconfiam da honestidade de alguns, e cabe a nós todos, exigir que isso seja esclarecido.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RUBENS BUENO — Vossa Excelência sabe do respeito que dedico à sua pessoa, Deputado Augusto Carneiro. Mas eu nunca vi Vossa Excelência nem a bancada do PDS cobrar do seu Governo Federal, aqui publicamente, a transparência que o PMDB dá nesta Casa. A transparência que o PMDB dá do seu Governo.

Vossa Excelência me permita, Deputado, Vossa Excelência é testemunha da denúncia feita pelo Deputado Nestor Baptista, com relação ao Governo do Paraná; seu Governo do PMDB.

Nenhum Parlamentar do PDS nesta Casa cobrou, que há 15 dias a ECONOMISA deu um tombo de 345 bilhões de cruzeiros ao BNH. Quem é o Presidente da ECONOMISA, quem é o dono da ECONOMISA? É o Deputado Federal do PDS, de Minas, Hilton Velozo, partidário do Sr. Mário Andreazza? Cadê a transparência do PDS? Cadê a capacidade de investigar o seu próprio Governo?

Nós estamos dando uma oportunidade histórica ao

Paraná, de fazer aquilo que o PDS nunca fez.

Muito obrigado, Senhor Presidente (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (*Nestor Baptista*) — Concedo a palavra, o Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE (*Pela Ordem*) — Sr. Presidente, Vossa Excelência muito bem sabe, que o nosso dever é corrigir as coisas paranaenses. O Deputado Rubens Bueno nos fere, quando cabe aos Deputados Federais, agir com as denúncias, com referência ao Governo Federal. Não nos cabe analisar o Governo Federal. Cabe-nos criticar, e isso nós temos feito, a nossa bancada inteira; peço a Vossa Excelência que mande expungir das notas taquigráficas, as ofensas do nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (*Nestor Baptista*) — Concedo a palavra ao Deputado Mário Pereira.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, solicitei de Vossa Excelência mandar expungir das notas taquigráficas ...

O SR. RUBENS BUENO (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, eu quero pedir esclarecimentos à Mesa, para saber quais as palavras ofensivas e que estão em desacordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (*Nestor Baptista*) — A Presidência não manda expungir palavra alguma. E comunica ao Deputado Tércio Albuquerque, que apenas ouviu por liberalidade a sua questão de ordem, já que não cabia no momento. E concede a palavra ao Sr. Deputado Mário Pereira.

O SR. RUBENS BUENO — Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, técnico em mercado financeiro e hoje também qualificado plenamente para jurado de concurso de beleza, afirmou ontem que o Governo do Estado, estaria a importar um avião à jato pelo preço de 4 milhões de dólares.

A Bancada do PDS, através do seu líder, que pela segunda vez já levanta suspeição sobre o Presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Collin, numa, a primeira vez, achando que houve uma montagem da sua assinatura; e na segunda, negando que tenha o Presidente do Brasil, ou melhor afirmando, que o Presidente do Banco do Brasil mentiu ao Governador José Richa, Esperidião Amin e Jair Soares, quando foram estes Governadores solicitar que ele intermediasse os empréstimos externos, levanta também suspeição sobre a compra de um avião.

O edital de licitação n.º 184, da Secretaria da Administração exige como condição indispensável que o avião a ser proposto tenha matrícula nacional. Isso significa que os fatos anteriores da importação, antigos ou recentes, não interessam ao Governo do Estado, porque a licença da importação é um problema do proponente e a autorização para importação, e de competência exclusiva do Governo Federal, através dos seus órgãos, como por exemplo,

a CACEX. O Estado do Paraná não está importando uma aeronave. A licitação é nacional e o pagamento será autorizado em cruzeiros. Essa desmoralizada moeda nossa. O avião, necessariamente não precisa ser novo, o que amplia o número de concorrentes, conforme pode ser constatado pela quantidade de empresas que retiraram cópia do edital.

Existem no Brasil, diversos equipamentos em condições de ser ofertados à licitação e deverá ser adquirido o que melhor atender os interesses do Estado. Tanto em preço como em segurança; e economicidade, de manutenção, além de ser um bem incorporável ao patrimônio do Estado. A licitação está sendo processada estritamente dentro das determinações do Decreto-Lei n.º 200, e não se sabe quem será vencedor, é estranhável que já se saiba a marca do avião e seu preço num exercício de futurologia enusitado já que várias marcas de aeronaves das mais diversas procedências, são enquadráveis nas especificações técnicas.

Eu vou dar um exemplo do que quer o Líder do PDS que aconteça.

A aeronave que voa o Senhor Governador e que se continuarmos com o pensamento, nobre Deputado Luiz Alberto, os outros governadores voarão também, é de ano de fabricação de 1968.

Só falta o Senhor Deputado Luiz Alberto querer nomear o piloto do governador para aumentar, quem sabe, o grau de insegurança de uma aeronave fabricada em 1968.

O avião, as suas características, do avião que se pretende comprar, é um avião para 9 passageiros com o preço aproximado de 2,9 bilhões de cruzeiros.

O avião Xingu que Vossa Excelência acha que o governo deveria comprar, custa mais caro. Custa, 3 bilhões, 268 milhões e 660 mil cruzeiros.

Se só o preço que entrasse em questão, já se deveria optar por outro avião. Agora, o custo operacional que Vossa Excelência ontem falou ser mais baixo, não é.

Enquanto que o custo operacional deste avião que se pretende comprar é de 933 milhões e 330 mil cruzeiros, o custo operacional do Xingu é de 1 milhão, 794 mil cruzeiros e, custo operacional do Navajo, que são os aviões que serão vendidos pelo Estado para poder comprar este, é de 4 milhões, 784 mil cruzeiros.

Portanto, Deputado Luiz Alberto, a menos que Vossa Excelência queira terminar mais rápido o mandato do Governador José Richa, é que nós devemos então, quem sabe, vender o Quinger do Governo e comprar o antigo Douglas — DC3 com piloto indicado para nomeação por Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (*Assentimento*). — Vossa Excelência não se preocupe, que eu não tenho pretensão de indicar piloto. Porque, piloto tem que ser sócio do Governador. Porque, o Sr. Francisco Alvoreto é sócio do Senhor Governador do Estado e do Senhor Francisco Simeão numa propriedade que eles tinham no Maranhão.

Isso que Vossa Excelência precisa estabelecer, porque neste Governo o que se premia é sócio.

Agora, Vossa Excelência na verdade tem ingenuidade de um coroinha de primeira comunhão. Porque Vossa Excelência fala que o preço do avião

é 2 bilhões e 900 mil. Como é que Vossa Excelência sabe se a concorrência vai ser feita dia 28.

Como é que Vossa Excelência já sabe?

Ora é evidente que o senhor não escutou a missa inteira.

Agora, só mais um dado. Se Vossa Excelência tiver alguma dúvida do que eu estou dizendo, Vossa Excelência leia hoje o que diz a "Gazeta Mercantil", respeitado jornal de São Paulo que estabelece ...

O SR. PRESIDENTE (*Nestor Baptista*) — A Presidência informa ao Deputado Luiz Alberto Oliveira que está com a palavra o Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Ontem Vossa Excelência chamou e, notei a sua expressão de satisfação e de vitória, o Deputado Tadeu Lúcio Machado de diligente tarefeiro do Palácio Iguaçu, e hoje me chama também com este ar vitorioso de "coroinha", eu quero lhe dizer, desculpe-me a irreverência, Deputado, que isso me faz lembrar uma série de reportagens que saiu no "Estado de São Paulo", sobre o Congresso Nacional, e que o articulista, o jornalista, dizia que naquele mundo do Congresso Nacional, alguns Deputados se vangloriavam e se achavam vitoriosos quando davam um aparte que deixava confuso o orador da tribuna e corriam para o cafezinho, ao lado a contar aos outros a sua grande vitória.

Então eu solicito e sugiro ao Deputado que dê uma corrida aqui ao lado e conte aos outros a sua grande vitória do "coroinha" e do "tarefeiro do Palácio Iguaçu", e tome o seu cafezinho, contando isso, com aquela vitória pequena, esquecendo-se dos problemas maiores!

Isso tem sido próprio de vossa atuação aqui, infelizmente no Plenário da Assembléia Legislativa.

A vitória do cafezinho!

Quando Vossa Excelência me pedir um aparte, eu já vou saber, mais se é para tomar um cafezinho ou para falar algo sério!

(TUMULTO)

A palavra está comigo, Deputado.

Eu peço à liderança que convoque a assessoria para fazer a rodinha e o nobre Deputado, nesta rodinha de pessoas possa contar a sua vitoriazinha do "tarefeiro" e do "coroinha".

(TUMULTO)

O Sr. tem sido no mínimo muito engraçadinho, aqui na Assembléia. (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (*Nestor Baptista*) — Está encerrado o horário de Vossa Excelência e também a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. — *Apoiado*. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de

apoio. — *Apoiado*. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — *Apoiado*. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — *Apoiado*. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. — *Apoiado*. — À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/84, oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas individuais dos Senhores Deputados, referente à verba de Bolsa de Estudos durante o exercício de 1982. — *Aprovado*.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/84, (Mensagem n.º 26/84 — ex-Proposição n.º 29/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08/01/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Jorge do Ivaí, objetivando execução de obras para recuperação de Pontes. — *Aprovado*.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/84, (Mensagem n.º 14/84 — ex-Proposição n.º 17/84), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 12.º Termo Aditivo de 21/10/83, ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica, objetivando execução do Programa que visa dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. — *Aprovado*.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75/83, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO GNÓSTICA DE ESTUDOS FILOSÓFICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo*.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 121/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE — CEMIC", com sede na cidade de Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo*.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública o "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo*.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/83,

de autoria do Deputado MÁRCIO JOSÉ DE ALMEIDA, que dispõe sobre a Ação Social do Estado, no que respeita a Educação, habilitação e integração das pessoas com deficiências e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e S.P., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 241/83, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a “GUARDA MIRIM DE ASSIS CHATEAUBRIAND”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 262/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que dá nova redação ao artigo n.º 131 do estatuto dos funcionários civis do Estado, conforme especifica. (assegura vantagens funcionais ao servidor em exercício de mandato eletivo Federal ou Estadual). Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/84, de autoria da Deputada AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, que declara de utilidade pública o “SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAMPO MOURÃO”, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/84, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a “Comunidade Evangélica Luterana Bom Pastor”, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública, a “Associação dos Surdos do Paraná”, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/84, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao CORONEL CONFÚCIO PAMPLONA. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 85/84), objetivando autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Xambré as datas n.ºs 18 e 19, da Quadra 24, havidas pelo Estado por doação do referido Município, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/84, de

autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE”, com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 119/83, (Mensagem n.º 102/82, ex-Proposição n.º 88/82), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos Aditivos datados de 11/03/81, de 11 de junho de 1981 e 09 de junho de 1982, ao Convênio celebrado em 11 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Município de Rio Negro, objetivando a construção de um microsistema de abastecimento de água. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/83, (Mensagem n.º 111/83, ex-Proposição n.º 106/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 30/11/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Araucária, objetivando recuperação das matas ciliares das Bacias dos Rios Iguaçu e Passaúna. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 121/83, (Mensagem n.º 114/83, ex-Proposição n.º 109/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 10.º Termo Aditivo de 28/06/82, ao Convênio celebrado em 02/10/75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura e SUDESUL, que objetiva continuar serviços da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/83, (ex-Proposição n.º 63/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de Contas da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais da verba designada aos Srs. Deputados, do exercício financeiro de 1982. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/83, (Mensagem n.º 153/83, ex-Proposição n.º 140/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnico e Financeira celebrado em 08/07/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de Pontes. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 124/83, (Mensagem n.º 152/83, ex-Proposição n.º 139/83) oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado em 31/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da “COMEC”, nos Programas de Obras que especifica. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 126/83, (Mensagem n.º 146/83, ex-Proposição n.º 134/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 127/83, (Mensagem n.º 144/83, ex-Proposição n.º 120/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Pinhalão, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de Pontes.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 128/83, (Mensagem n.º 143/83, ex-Proposição n.º 119/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 26/10/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Paranaguá, objetivando regular ampliação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 130/83, de autoridade do Deputado ANTONIO MARTINS ANNIBELLI, que denomina “DEPUTADO LUIZ GABRIEL SAMPAIO”, o pequeno auditório (Plenarinho) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 132/83, (Mensagem n.º 154/83, ex-Proposição n.º 141/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 241/83, celebrado em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Janiópolis, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/83, (Mensagem n.º 159/83, ex-Proposição n.º 145/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 135/83, (Mensagem n.º 157/83, ex-Proposição n.º 143/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da

Secretaria dos Transportes e os Municípios de Grandes Rios e Santa Terezinha, visando a execução do “PROSAFRAS”, exercício de 1983.— *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 136/83, (Mensagem n.º 127/83, ex-Proposição n.º 127/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 10/08/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Guaíra e matelândia, objetivando execução de obras Públicas, em conformidade com o PRODOPAR”. — *Aprovado, artigo por artigo.*

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/84, (ex-Proposição n.º 34/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova as contas da Assembleia Legislativa do Estado, referente ao exercício de 1982.— *Aprovado, artigo por artigo.*

(*Assume a Presidência o Sr. Deputado Trajano Bastos*).

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Costa, no Município de Piraquara.— *Aprovado.*

O SR. FERRARI JÚNIOR — (*Pela Ordem*) — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, eu requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(*É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados*).

37 Srs. Deputados responderam a chamada. Há “quorum” para deliberação.

A Presidência procedera a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Ferrari Júnior.

A Mesa solicita do Plenário e lembra aos Srs. Deputados, que nos encontramos em processo de votação, não é permitido a palavra pela ordem e nem encaminhamento. A Mesa vai dar conhecimento ao Plenário do resultado da votação.

(*É procedida a verificação de votação*).

29 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado

rejeita.— *Aprovado.*— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 97/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda: "Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 103, da Lei n.º 6174, de 16/11/70.— Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (*Pela Ordem*) — Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(*É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados*).

32 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e deliberação.

O SR. FERRARI JÚNIOR (*Pela Ordem*) — Apenas para destacar que da Bancada do PDS que se diz Oposição nesta Casa, tem apenas um (1) Deputado em Plenário.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(*É procedida a verificação de votação*).

A Mesa consulta a Liderança do PMDB, como vota?

O SR. NILSO SGUZREZI — (*Pela Ordem*) — Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse ao Plenário sobre o que trata esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa vai ler novamente o requerimento que já tinha sido colocado em votação. (*Lê o requerimento*).

A Mesa irá proceder a verificação de votação, requerida.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI — (*Pela Ordem*) — Exatamente para esclarecer ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa já esclareceu. Irá terminar o processo de votação e, logo após, concederá a palavra a Vossa Excelência, pela ordem.

26 Srs. Deputados rejeitam; 4 Srs. Deputados aprovam.— *Está rejeitado o requerimento.*

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (*Pela Ordem*) — Eu gostaria que a Mesa esclarecesse ao Plenário, sobre qual projeto que o Deputado Ivan Gubert pediu Regime de Urgência, para que toda a Casa tomasse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — Apesar de ser matéria vencida, ilustre Deputado, a Mesa irá atender ao pedido de Vossa Excelência.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI — Sr. Presidente, estou pedindo apenas para esclarecer ao Plenário sobre o projeto em que a Presidência colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa deu como rejeitado o requerimento, portanto, é matéria vencida. Vossa Excelência quer nova verificação de votação?

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI — Não, absolutamente. Eu pedi que Vossa Excelência desse conhecimento à Casa sobre o que trata o projeto em que o Deputado Ivan Gubert pediu Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa esclarece a Vossa Excelência para que não parem dúvidas, que mesmo se tratando de matéria vencida a Mesa vai esclarecer a Vossa Excelência. Mais uma vez ao Plenário: Súmula: Requer REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 97/84. O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 97/84, de sua autoria, com a seguinte emenda: dá nova redação ao § único, do artigo 103, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970. "Estatuto do Funcionário Público".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Gonçalves, ocorrido no dia 21 de maio do corrente ano, no Município de Ubitatã.— *Aprovado.*— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 96/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda: "Assegura o Direito à estabilidade, após cinco anos de trabalho, ao empregado contratado por órgão público sob o regime de CLT"— *Aprovado.*— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 93/84, de sua autoria, com a seguinte emenda: "Fixa em 50 anos o limite de idade para inscrição em concurso público". *Aprovado.*— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 43/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda: "Implanta nas escolas públicas do Distrito de Rancho Alegre, Município de Goioerê, o ensino de segundo grau.— *Aprovado.*— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 79/84, de sua autoria, que proíbe aos estabelecimentos da rede estadual de ensino, a cobrança de taxas e contribuições.— *Aprovado.*— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 81/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda: "Estabelece contagem em dobro do tempo de serviço de Juiz

Eleitoral".— Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(*É procedida a verificação de votação*).

2 Srs. Deputados aprovam; 27 Srs. Deputados rejeitam.— *Rejeitado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 74/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda: "Altera a redação do parágrafo único do artigo 51, da Lei n.º 7.297, de 08/01/80.— *Rejeitado*."

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(*É procedida a verificação de votação*).

27 Srs. Deputados rejeitam; 2 Srs. Deputados aprovam.— *Rejeitado*.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (*Pela Ordem*)
Eu solicito a Vossa Excelência, que esclareça a este Plenário, quais os Srs. Deputados que aprovam o requerimento.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (*Pela ordem*) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa está com a palavra para decidir a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

A Mesa, respondendo a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, informa que 2 Srs. Deputados aprovam; 27 Srs. Deputados rejeitam.— *Portanto, está rejeitado o requerimento*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 80/84, de sua autoria, com a seguinte Emenda: "Altera redação dos artigos n.ºs 61 e 62, da Lei Complementar n.º 14, de 26 de maio de 1982".— *Rejeitado*.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(*É procedida a verificação de votação*).

27 Srs. Deputados rejeitam; 2 Srs. Deputados aprovam.— *Rejeitado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton

Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação simultânea dos Srs. Secretários do Planejamento e das Finanças, para, em sessão especial, esclarecerem ao Estado os pontos de divergência entre suas posições sobre empréstimos internacionais realizados pelo Governo do Estado.— *Rejeitado*.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de um matadouro no Município de Fênix.— *Aprovado*.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados no atendimento à população em situação de carência existente no Município de Iretama.— *Aprovado*.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal Correio de Notícias, pela sua reabertura.— *Aprovado*.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na aquisição de combustível e lubrificantes no Município de Peabiru.— *Aprovado*.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa informa a Vossa Excelência que estamos em regime de votação.

Tão logo conclua, concederei a palavra pela ordem a Vossa Excelência.

Com discussão encerrada o Requerimento de autoria do. Senhor Deputado Rubens Bueno, que requer envio de ofício à Secretaria das Finanças. Em votação. *Aprovado*.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Solicito à Presidência verificação de votação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa atende e irá proceder a verificação de votação sobre o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem, Sr. Presidente. (*Assentimento*).

Vossa Excelência já havia anunciado o resultado, portanto, trata-se de matéria vencida, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Trajano Bastos*) — A Mesa comunica a Vossa Excelência, que a Mesa, tão

logo anunciou o resultado, houve um pedido de verificação de votação perfeitamente regimental e a Mesa considerou, que procedeu.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Solicito a Vossa Excelência dizer o nome do Deputado que pediu a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita a Vossa Excelência que use o microfone porque não escutou a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Solicito a Vossa Excelência que informe a este Deputado quem foi o Deputado que pediu a verificação de votação, o nome do Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa a Vossa Excelência que atendeu uma questão de ordem levantada pelo Senhor Deputado Edgar Pimentel, e irá proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados, que aprovam o requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, queiram levantar-se. A Mesa solicita aos Senhores Deputados que retomem os seus assentos para que possamos proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e oito Senhores Deputados: APROVAM O REQUERIMENTO, um rejeita e, para efeito de quorum, a Mesa considera a presença do Senhor Deputado Edgar Pimentel que havia pedido a verificação de quorum.

(Aplausos do Plenário).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos da possibilidade da mudança do nome do Distrito Judiciário de Reserva para Distrito Judiciário de Rondinha, tendo em vista que o mesmo se localiza no Distrito de Rondinha no Município de Pinhão. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de uma Delegacia de Polícia, bem como a designação de quatro soldados e um automóvel - patrulha, para o Distrito de Rosário, no Município de Grandes Rios. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo informações referentes à METRONOR. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações referentes à densidade do tráfego no trecho Londrina-Maringá. — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação. (É procedida a verificação de votação).

29 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações referentes a participação do ITC na área de METRONOR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações referentes ao envolvimento da SUREMA com o projeto METRONOR. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações referentes a obras rodoviárias no trecho Maringá-Londrina. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências visando a manutenção da estrada Ponta Grossa-Rodovia do Cerne, num trecho de 22 Km. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação de uma Comarca no Município de Moreira Sales. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos dirigentes da entidade "Aldeia SOS" do Município de Goioerê, pela implantação de uma modelar estrutura de atendimento às crianças órfãs, proporcionando-lhes lares onde encontram alimentação, instrução, moradia e amor e carinho das denominadas "Mães SOS". — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação do Trevo de acesso de Guaíra, na confluência das PR - 182 e 272 que se acha em péssimo estado. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a instalação da 2ª Vara da Comarca de Castro, já

criada em lei e até agora não implantada. — **Aprovado.**
À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de verbas para a Santa Casa do Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Agricultura, do Interior e da Indústria e Comércio, bem como à direção da COPASA e BADEP, encarecendo a implantação de câmaras de refrigeração para conservação da produção de maçã e sementes de batata em nosso Estado. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor da Justiça, e Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciário do Estado, encarecendo a criação da 2ª Vara Cível e da 2ª Vara Criminal na Comarca de Pato Branco. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo informações quanto à dragagem no Cais Comercial do Porto de Paranaguá. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária de Educação, encarecendo a destinação de um microônibus escolar aos Municípios de Imbituva, Ipiranga, Ivaí e Tibagi. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a recuperação e restauração das instalações do imóvel onde funciona a Delegacia de Polícia dos Municípios de Cândido de Abreu, Ipiranga e Tibagi. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adnail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da cópia do pronunciamento efetuado pelo Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, em resposta ao pronunciamento do Sr. Líder da Minoria desta Casa na Câmara Municipal de Curitiba. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Odeni Mongruel e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "A Importância Maior", de autoria do jornalista pontagrossense Adail Ingles, em sua Coluna "Opinião", publicado no "Jornal da Manhã", — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Deputado Federal Valmor Giavarina, por seu projeto de resolução

alterando o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem)
 Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação. (É procedida a verificação de votação).

28 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. rejeita.

— **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Diretor-Presidente da PARANATUR, por intermédio da Secretaria da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros objetivando a implantação de um ponto turístico às margens da Usina Mourão, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de uma cancha de esportes para atendermos alunos de Campineiro do Sul, no Município de Grandes Rios. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Rubens Bueno e Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente via telex, ao Congresso Nacional, dirigido aos Srs. Deputados Federais da Bancada do PMDB paranaense, para que estes solicitem oficialmente informações ao Sr. Presidente do Banco Central. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo rodoviário na PR - 66, dando acesso ao Município de Sabáudia. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tadeu França, Antônio Annibelli, Márcio Almeida e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando diligenciação e agilização com referência ao projeto de resolução que objetiva regulamentar a promoção e acesso dos funcionários desta Casa. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto contra a ausência de honras militares no sepultamento do Mal. Henrique Teixeira Lott, com envio de cópia ao Sr. Ministro do Exército. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo cumprimento de disposições legais quanto ao transporte de "Bóias Frias" em veículos abertos em rodovias de nosso Estado. — **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada

Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a instalação de representações dos órgãos estaduais no Município de Campo Mourão. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidentes do Senado Federal e líderes dos partidos políticos representados na mesma Casa, encarecendo a aprovação urgente do novo Código Civil Brasileiro. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o envio de um veículo para a Delegacia do Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados, Edmar Luiz Costa, Tadeu Lúcio Macnado, Nelson Vasconcellos e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o encaminhamento a esta Casa, de Mensagem capeando projeto de lei, revogando o art. 2º da Lei nº 7809 de 29 de dezembro de 1983. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada no Jornal "Gazeta do Povo", intitulada "Uma Universidade em Cascavel". — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem)
Sr. Presidente, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

30 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quórum para deliberação. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo auxílio financeiro para a Liga Iguaçuense de Futebol, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação. (É procedida a verificação de votação).

27 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a

implantação do Posto de Identificação na sede do Município de Santa Terezinha de Itaipu. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Diretoria eleita da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — ANDES. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a doação dos instrumentos musicais necessários à formação da Banda do "Colégio Barão de Antonina", do Município de Rio Negro. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a concessão de uma ambulância disponível no Posto de Saúde do Município de Itaipu. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do ITC, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a orientação e criação de um canteiro de mudas nos Distritos, bem como no Município de Boa Esperança. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo o fornecimento de uma relação de todas as empreiteiras de obras, bem como os valores pagos a partir do dia 15 de março de 1983 até a presente data. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de maior quantidade de munição, bem como novos armamentos para a Delegacia de Polícia do Município de Janiópolis. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de um Posto de Saúde na localidade de Silviolândia, no Município de Peabiru. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, para que o mesmo determine à EMOPAR, encarecendo reparos no Colégio Padre Cirilo, do Município de Capanema. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo informações quanto às

razões da saída do Sr. Presidente do BANESTADO Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários. Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR —(Pela ordem) Para discutir. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da Srs. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do Município de Sabáudia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o cascalhamento da Estrada que liga a localidade de Porto Ubá ao Município de Borrazópolis. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o revestimento de cascalho da estrada que liga o Distrito de Rosário (Município de Grandes Rios), à localidade denominada Herval de Cima (Município de Reserva), interligando as localidades de Água Amarela, Campineiro do Sul e Rio Novo, este último no Município de Reserva e aqueles no Município de Grandes Rios. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a locação de mais máquinas para prestar serviços na área de abrangência do escritório localizado no Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo informações a respeito da quantidade de remédios destinados aos Postos de Saúde do Município de Goioerê. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a reforma do prédio onde funciona a Escola Nóbrega da Cunha, no Município de Bandeirantes. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a construção de um prédio para o funcionamento da 37ª CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Ubatã. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de um refeitório

para o Grupo Escolar de Paraná D'Oeste, localizado no Distrito do mesmo nome, no Município de Moreira Sales.

— **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a designação de um veterinário para prestar atendimento junto à ACARPA, no Município de Roncador. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação do curso de segundo grau no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social e ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAM, encarecendo a expansão do Programa de Nutrição em Saúde, aos Municípios de Lunardelli, Faxinal, Kaloré, Bom Sucesso, Borrazópolis, Marilândia do Sul, São Pedro do Ivaí, Rio Bom, Cambira e Jandaia do Sul. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "O Estado do Paraná", intitulado "Autoridade e Opinião Pública". — **Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no jornal "O Estado do Paraná", intitulado "Registro Histórico". — **Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Agricultura, Bancada dos Deputados e Senadores pelo Paraná e Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Estado, encarecendo medidas no sentido de se fazer uma "grande campanha de fomento ao plantio de trigo mourisco e do centeio". — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a construção de novas instalações para o funcionamento da Central de Abastecimento do Paraná - CEASA, no Município de Maringá. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo a criação e instalação dos cursos de Odontologia e Medicina, na Fundação Universidade Estadual do Município de Maringá. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas, encarecendo sejam solicitadas as documentações referentes a solicitações atendidas ou não, de empréstimos efetuados a qualquer título, em moeda estrangeira, durante o período do Governo imediatamente anterior ao atual. — **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton

Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto ao avião a jato adquirido no exterior, em flagrante prejuízo da EMBRAER. Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Banco Central do Brasil, encarecendo informações sobre condições para contratações de empréstimos em dólares.

A Mesa não tem como receber e colocar em votação este requerimento, porque as prerrogativas da Assembleia Legislativa do Estado, ao pedir informações estão restritas somente a órgãos do Estado. A Mesa considera prejudicado e devolve ao ilustre autor o presente requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Eu não requeri o pedido de informações com base na Constituição do Estado do Paraná, de vez que se assim procedesse estaria praticando uma heresia deste Poder. Entretanto, solicitei o envio de um expediente para que o Banco Central, se julgasse conveniente a resposta a este Poder, em respeito ao Parlamento Estadual, que o Banco do Brasil naturalmente respondesse. Igualmente a Mesa tem recebido diversos expedientes de ilustres Parlamentares desta Casa, solicitando informações não com o caráter obrigatório, total, absoluto, da Constituição, mas no sentido de que o Banco Central, em respeito a este Poder, responda se julgar conveniente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, muito embora já tenha decidido a questão de ordem em devolver a Vossa Excelência o presente requerimento, a mantém apenas para responder a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, para reafirmar que a Assembleia Legislativa não tem, nos termos em que está vazado o requerimento de Vossa Excelência, condições de acatá-lo. No entanto, deve haver alguma outra forma, através do gabinete da liderança, de encaminhar um ofício solicitando e não requerendo informações. — A Mesa não tem condições de receber o requerimento de Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Finanças, referente pagamentos a serviços de assessoria.

A Mesa consulta o ilustre autor se pretende que este ofício seja encaminhado através da Secretaria das Finanças, a quem está vinculado o Banco do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Desejo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Nestas condições, está em discussão.

O SR. FERRARI JUNIOR — (Pela ordem) Para discutir,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Adhail Sprenger Passos, Gernote Kirinus e subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que sejam acelerados, através dos órgãos competentes do Poder Executivo, os estudos para o envio à reapreciação deste Poder Legislativo, de Mensagem estabelecendo revisão aos proventos dos funcionários inativos do Estado. — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Antes que Vossa Excelência inicie as suas considerações sobre o requerimento, a Mesa comunica ao Plenário que no mesmo sentido existe um requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, os quais serão colocados em votação conjuntamente. Está com a palavra o nobre Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados.

Registramos ao mesmo tempo que saudamos os Srs. Deputados, a presença que muito nos honra, nas galerias desta Casa, do Ilustríssimo Sr. Dr. Fausto Luís Abri, mui digno Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, do engenheiros Agostinho Schwabe, Luís Schwabe, Wilson Johnson, Generoso Marcondes Ferreira, incansáveis lutadores em prol do benefício que visam, hoje, alcançar uma vez que haja apoio desta Assembleia Legislativa, inúmeros professores da Associação dos Professores do Paraná e outros servidores inativos, de vários setores da administração do Estado.

Nós queremos inicialmente, ao discutir este requerimento, que visa justamente restabelecer a justiça aos inativos que ficaram marginalizados diante de uma lei que não os amparou, e que estão hoje com seus vencimentos de inativos defasados, corroídos pela inflação.

Nós queremos homenageá-los antes, porque acreditamos que é um reconhecimento que todo o Estado do Paraná, que a Assembleia Legislativa deve a estes Srs. pelos relevantes serviços prestados — seja em sala de aula, seja rasgando os nossos sertões, nossas florestas, abrindo estradas que vieram trazer o desenvolvimento e o progresso do Paraná. Seja nas inúmeras atividades a que se dedicavam, enquanto funcionários ativos e funcionários exemplares.

Nós necessitamos e o Paraná deve a eles esta homenagem. E eles vieram aqui, hoje, pedir à Assembleia Legislativa, que mais uma vez se sente honrada em poder prestar o serviço ao povo paranaense, a quem represento, pedir o apoio para uma reivindicação justa e que se arrasta pelo tempo, cujas razões nós, em parte conhecemos, mas não concordamos.

A nossa solicitação e a solicitação do nobre Deputado Francisco Escorsin, se faz, atendendo aos constantes apelos desta classe laboriosa dos funcionários inativos do nosso Estado que aguardam com ansiedade, uma equiparação salarial. Já atingido por outras categorias como é o caso dos inativos da área da polícia, como é o caso dos inativos da área da Secretaria da Fazenda, como é o caso de várias outras áreas onde já houve a equiparação, Quer me parecer no Tribunal de Justiça, quer me parecer também, nesta Casa.

No entanto, essa equiparação que hoje é pleiteada

tem em vista que os salários com os quais se aposentaram após inúmeros anos de atividades em favor do serviço público, se encontram totalmente defasados face aos índices de aumento do custo de vida, bem como em vista, a reclassificação havida no quadro pessoal do funcionalismo público do Paraná, que não previu a revisão para os funcionários inativos.

Houve no início do Governo José Richa, a retirada da Mensagem de nº 28/83, Mensagem enviada pelo então Governador Hosken de Novaes. Houve a retirada dessa Mensagem, com alegação da sua revisão e posterior encaminhamento para análise deste Poder, o que até a presente data não ocorreu, criando assim, um clima de angústia, um clima de intranquilidade ao grande número de aposentados que, por longos anos, emprestaram com seu trabalho profícuo inúmeros benefícios à administração estadual paranaense.

Nós mesmos, assistimos aqui nesta Casa, vários requerimentos, o próprio Deputado Francisco Escorsin têm já feito quatro requerimentos nesse sentido, aprovados por esta Assembléia. A Assembléia Legislativa não passou em branco, a Assembléia Legislativa tem constantemente se preocupado, não só Deputados da nossa Bancada, como também, da Bancada do PDS. Vários pronunciamentos aqui ouvimos a respeito do assunto; foram feitas várias gestões por este Parlamentar, pelo nobre Deputado Adhail Sprenger Passos que conosco assina o requerimento, bem como vários Deputados que também subscrevem este requerimento.

Foram feitas gestões no sentido de agilizar, no sentido de buscar, saber do entrave, porque essa Mensagem ainda não voltou. Sobemos que a alegação constante era de falta de dotação orçamentária. Ainda no fim do ano passado, sabíamos que o estudo que viabilizava dar o atendimento aos senhores aposentadores, senhores inativos, teria um custo de mais de sete bilhões de cruzeiros, e o Estado se viu, portanto, constrangido pelo orçamento que tinha então. Ainda hoje persistem os argumentos de falta de dotação orçamentária, mas nós acreditamos que isto pode no máximo explicar, mas não justificar. Nós acreditamos que o Governador José Richa, que tanto fez pelo funcionalismo público do Paraná e que tanto fez pelos ativos...

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida, nobre Deputado. Tanto fez pelos ativos, também não se esquecerá dos inativos que, no passado, fizeram com que o Estado do Paraná atingisse um estágio de desenvolvimento como está hoje.

Eu concedo o aparte ao nobre Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Prezado Deputado Gernote Kirinus, agradeço a concessão do aparte, pedido apenas para dizer a Vossa Excelência que, tão logo no início do ano passado, nós tomamos conhecimento da Mensagem do ex-Governador Hosken de Novaes, nós fizemos várias reuniões com vários segmentos do Serviço Público Estadual: engenheiros, professores, e outras categorias do servidor público estadual, e elaboramos uma série de emendas àquela Mensagem Hosken de Novaes, que era extremamente falha e que tinha uma porção de distorções, inclusive a principal é que não consignava os recursos financeiros. De modo que, quando nós estabelecemos uma série de estudos nesse sentido, como representantes das classes, nós, evidentemente, concordamos, inclusive, com o retorno do projeto de lei ao Governo atual a fim de ele poder, evidentemente,

escoimar de todas as deficiências do projeto de lei originário do Governo passado. Só não concordamos com a demora no atendimento desta justificação justa e, por isso, é que nós, conjuntamente com Vossa Excelência e outros Deputados, é que houremos por bem, fazer esse novo Requerimento para o Governo atual do nosso companheiro José Richa possa, evidentemente, sanar esta grande injustiça que estão vivendo determinados, específicos segmentos do funcionalismo público estadual dos aposentados.

Eu em congratulo com Vossa Excelência e faço minhas — se Vossa Excelência permitir — as palavras de Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu agradeço o aparte e, em boa hora, nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, Vossa Excelência lembrou de que a Mensagem de nº 28, enviada no “afogadilho”, no final do Governo, no apagar das luzes do Governo do PDS, realmente estava defasado, não vinha acompanhada de um estudo que deveria ser feito.

Mas nós nos sentimos, hoje, também um tanto incômodos...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida. Nós nos sentimos um tanto incômodos porque, mesmo sendo Deputados da situação, achamos que o estudo que está sendo feito está muito moroso, muito demorado. É por isso que nós estamos solicitando o apoio, não só ao nosso requerimento, mas ao requerimento do nobre Deputado Francisco Escorsin, também. Os dois serão apreciados juntos e serão aprovados, tenho esperança e tenho certeza disso, porque se trata de fazer justiça...

O Sr. Fuad Nacli — Pela ordem, Deputado Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Pela ordem, somente o Presidente poderá conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa concede a palavra, pela ordem, ao Senhor Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Quero contragular-me com Vossa Excelência que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa consulta a Vossa Excelência se levanta a palavra pela ordem ou aparte ao Deputado.

O SR. FUAD NACLI — O aparte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Então, é com o Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado Fuad Nacli, logo que darei ao Deputado Luiz Martins, também concederei o aparte em seguida a Vossa Excelência. Portanto, Deputado nobre líder do PDS, tem Vossa Excelência o aparte que solicitou.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu agradeço a Vossa Excelência e apenas para manifestar a posição do PDS a respeito do assunto. Vossa Excelência fez referência à Mensagem enviada pelo então governador José Hosken de Novaes que pretendia resolver alguns aspectos do problemas dos aposentados do Estado do Paraná. Pode não ter sido a Mensagem ideal, pode, em razão das limitações das razões de ordem orçamentária, não ter pretendido aquela Mensagem atender a todos os reclamos daqueles que deram a sua vida pelo Estado no exercício da cátedra ou na consecução de um trabalho no interior ou na Capital do Estado.

Entretanto nobre Deputado, recebi inúmeros apelos dos aposentados do Estado do Paraná, para que diligenciasse no sentido da aprovação daquela Mensagem, lamentavelmente, o pedido que fiz de regime de urgência para aquela mensagem, não foi aprovado pela maioria peemedebista desta Casa e logo em seguida o Sr. Governador do Estado retirou a Mensagem para estudos aprofundados a

respeito do assunto, mais de um ano se passa, Deputado Gernote Kirinus e agora, quando Vossa Excelência, na condição de Deputado do governo e Deputado preocupado com a situação dos aposentados do Estado do Paraná, ao lado de outros ilustres Deputados, como Deputado Adhail Sprenger Passos e o Deputado Francisco Escorsin, incansável defensor dos interesses dos aposentados do Estado do Paraná, voltam ao assunto, resta a este Parlamentar a esta bancada de oposição preocupada com o problema, congratular-se com Vossa Excelência e esperar que finalmente o Governador José Richa possa encaminhar a esta Casa a prometida a sonhada, a debatida, a imaginada Mensagem que vai apenas dar aos aposentados do Paraná uma mínima condição de sobrevivência praticando aí então o Sr. Governador José Richa um ato de justiça para os homens e mulheres que deram a sua vida em favor do Estado.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Eu agradeço o aparte e faço minhas as suas palavras, só com uma observação.

Um ano para 20 anos, realmente, ainda é pouco tempo, mas é muito tempo para os que aguardam benefícios por isso estamos aqui, pedindo agilidade nesses estudos que estão sendo feitos com seriedade.

Tem o aparte o nobre Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli — Sr. Deputado, eu quero agradecer o aparte de Vossa Excelência e congratular com a atitude dos nobres Deputados que requereram, Deputado Francisco Escorsin e Deputado Adhail Sprenger Passos e lembrar a esta Casa e aos Srs. Deputados que se encontram presentes, que nós, há questão de um mês e pouco, há quarenta dias, nós fizemos um requerimento nesse sentido junto com o líder da vossa bancada procurando corrigir, como Vossa Excelência diz um erro há mais de vinte anos, portanto, nós reconhecemos aqueles que vêm para esta Assembléia, para esta Casa corrigir os erros dos governos passados e nós queremos nos congratular com Vossa Excelência e temos certeza pelas informações que obtivemos há dois dias atrás, que está no Palácio pronta a Mensagem do Governo para corrigir essa lacuna, esse grande problema, essa grande reivindicação dos inativos, dos aposentados, que vêm lutando há muitos anos, eu tenho certeza que ainda no mês de junho estará aqui a Mensagem do Governador.

Quero cumprimentar não só o Sr. Deputado, mas a todos aqueles que se esforçaram para os inativos que estão aí aguardando há mais de 20 anos.

Obrigado Srs. Deputados.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte e o seu apoio e quero encerrar Sr. Presidente, dizendo apenas de que triste e infeliz é o homem quando se esquece do seu passado, infeliz é o homem quando se esquece de que nasceu nu, quando se esquece de que sua mãe lhe teve que alcançar os primeiros alimentos que seus pais foram os que tiveram que vestir e lhes ensinar os primeiros passos. Também infeliz e triste a sociedade que no seu conjunto se esquece daqueles que foram a base do progresso que hoje temos. Para que nós não cometamos essa infelicidade. Para não cairmos neste ato de tristeza é que nós reiteramos mais uma vez o nosso pedido de urgência para que essa Mensagem devidamente estudada, venha a dar aos inativos, aquilo que eles merecem.

O Sr. Tadeu Franca — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Gernote Kirinus, o aparte é para cumprimentá-lo pela sua preocupação com os inativos, os aposentados. Ainda há pouco estávamos conversando com uma

delegação de professores aposentados; não os néo-aposentados de há pouco, aqueles que se aposentaram ainda antes do Estatuto do Magistério. São professores os mais idosos do Paraná, que porque não havia na época o Estatuto, eles foram aposentados como funcionários comuns do Estado. Hoje sofrendo um desnível salarial imenso com relação aos demais e que no máximo o que pedem é o direito de se aposentarem como professores. É por esta razão, que enquanto o cumprimento por esta preocupação, levantamos a necessidade, se consubstanciar de fato uma lei, que venha a dar ao aposentado, o mínimo que ele merece, a continuidade em percepção de vencimentos, consoante a esfera de trabalho por ele desenvolvido, nos tempos de atividade normal.

Parabéns Deputado e a certeza, de que os inativos e os aposentados jamais esquecerão desse seu gesto em favor deles.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, eu respondo seu aparte agradecendo; ao mesmo tempo, quando Vossa Excelência falava da professora ou do professor que hoje recebe os vencimentos quase de fome; me lembrei que todos os aeroportos internacionais, que tenho conhecido, Foz do Iguaçu, por exemplo, que é da nossa região, vemos incansavelmente pessoas idosas, gozando na sua velhice, de viagens turísticas no mundo todo. São eles oriundos de sociedades desenvolvidas; são eles oriundos de sociedades, de uma civilização, que de fato reconheceu o trabalho e a vida que dedicou a essa sociedade. Podem hoje, com seus salários, podem hoje, com o vencimento da sua aposentadoria, fazer essas viagens que todos sabemos são caras. É isso que nós queremos atingir também a nível de Brasil, a nível de Estado do Paraná. Talvez não possamos sonhar de forma tão alta como lá acontece. No entanto não podemos admitir que enquanto, no mundo ocidental, países podem congraçar os seus inativos, dando a gratidão, prestando a eles essa homenagem merecida, dando-lhes condições inclusive de fazerem viagem ao exterior, não podemos admitir que ao lado disso, tenha uma sociedade que quase os condene à fome, à miséria, com falta de uma equiparação salarial adequada.

É por isso que nós encerramos, tendo a certeza de que o Governador José Richa haverá de atender ao apelo desses inativos, da Assembléia Legislativa que mais uma vez cumpre o seu papel. Haverá de atender mais rápido, do que os Governos anteriores, tentaram atender.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas das galerias). (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Continua em discussão o requerimento dos Deputados.

Encerrada a discussão, em votação os requerimentos dos Deputados Adhail Sprenger Passos, Gernote Kirinus e Francisco Escorsin.

Em votação. — Aprovados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o retorno da Mensagem Governamental nº 28/83, a esta Casa. — Aprovada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria eleita do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Município de União da Vitória. — Aprovado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela eleição da nova Diretoria da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos dos Municípios de Rio Negro e Mafra.

— **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto a depósitos em dinheiro público em bancos particulares, em prejuízo do Banco do Estado do Paraná S/A. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo sejam entregues ao Sr. Presidente desta Casa de Leis todos os documentos utilizados durante a sessão do dia 15 de maio do corrente ano, para conhecimento e análise dos Srs. Deputados. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a recuperação do Colégio Estadual João Teotônio Neto de primeiro e segundo graus no Município de Moreira Salles. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) 31 Srs. Deputados responderam à chamada. Há “quorum” para deliberação.

A Mesa procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. ORLANDO PESSUTI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito que informe ao Plenário, o requerimento que está sendo processada a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa a Vossa Excelência. (Lê o requerimento) (É procedida a verificação de votação) Trinta Srs. Deputados aprovam; um Sr. Deputado rejeita. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio dos documentos utilizados na sessão do dia 15 de maio do corrente ano, pelos Sr. Secretário do Planejamento, à Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Externa do Brasil, da Câmara Federal. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, por

intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a ampliação do refeitório e da cozinha para a escola do Distrito de Paraná do Oeste, no Município de Moreira Salles, bem como a construção de lavatórios para a cancha de esportes para a mesma escola. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo informações a respeito de seus servidores. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo informações a respeito dos seus programas de obras. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, para prestar informações sobre os fatos que originaram a criação da Comissão de Alto Nível, conforme Decreto 2934, para proceder ampla análise de todas as operações de crédito em moeda estrangeira, realizadas no atual período de Governo. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

34 Srs. Deputados responderam à chamada. Há “quorum” para deliberação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem)

Para fazer uma comunicação a esta Casa.

Trata-se de um requerimento de vital importância para este Poder e para o próprio Estado do Paraná, de vez que o objetivo é a convocação do Sr. Chefe da Casa Civil do Sr. Governador do Estado, que é uma das testemunhas de acusação com relação às irregularidades praticadas pelo Sr. Secretário de Finanças.

Entretanto, vejo uma inusitada manifestação da Bancada do PMDB. Ora, a Bancada pretende estar no Plenário, ora pretende sair.

Em consequência disso, Sr. Presidente, eu retiro o requerimento para reapresentá-lo amanhã novamente, para dar oportunidade a todos os ilustres Parlamentares desta Casa para que fixem a posição da bancada governista neste episódio.

Não é possível que assunto de tamanha importância seja decidido apenas por poucos Parlamentares ao final de uma sessão desta Casa.

Em consequência disso, sendo autor do requerimento, retiro, comunicando à Casa que irei reapresentá-lo numa oportunidade onde toda a Bancada do PMDB esteja presente.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Antes que

Vossa Excelência decida, gostaria que tivesse a oportunidade de argumentar.

Se não me engano, Sr. Presidente, a matéria está em regime de votação, e quer me parecer que não cabe a retirada da matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa a Vossa Excelência que o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira não se encontra em fase de votação, e sim, de discussão.

E, atendendo ao requerimento do autor, devolvo o mesmo, considero o requerimento retirado pelo autor.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Apenas faculto a Vossa Excelência a necessidade de fazer uma retificação aqui no Plenário.

O que o nobre Deputado argumentou é tudo de ordem subjetiva, porque objetivamente o que se verificou por diversas chamadas de verificação de "quorum" e de chamada nominal, a presença maciça dos Deputados do PMDB.

Sua Excelência que não tem a sua bancada, e sabe que precisa de "quorum" qualificado, esta é a verdade, Sr. Presidente, o PDS não consegue aprovar porque não trouxe os seus Deputados. O Líder do PDS é obrigado a retirar porque a sua Bancada não veio lhe prestigiar o requerimento, pura e simplesmente isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa leva ao conhecimento do Plenário que é matéria vencida e, portanto, não pode acatar a palavra Pela Ordem, do mesmo Deputado, sobre o mesmo assunto, conforme o nosso Regimento Interno.

Matéria vencida, a Mesa considera retirada pelo autor.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Gostaria de indagar de Vossa Excelência, ao final do que pretendemos dizer "Pela Ordem" sobre o número de Deputados "presentes" na chamada nominal feita há poucos minutos, porque me parece haver número suficiente para aprovar esta matéria.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa volta a informar que é matéria vencida e considera este requerimento retirado pelo autor. Então, não há mais o que se discutir sobre o assunto.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Entendo Excelência, mas eu gostaria que Vossa Excelência entendesse que o que eu pretendo dizer é assunto de importância para a Casa.

O SR. RUBENS BUENO — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Essa matéria, muito embora seja de importância, conforme diz Vossa Excelência, não é mais objetivo de discussão nem votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando o envio de expediente ao IPARDES, por intermédio da Secretaria do Planejamento, encarecendo informações a respeito dos funcionários contratados a partir de 15 de março de 1983. — Aprovado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Vossa Excelência desculpe nos reiterarmos o enunciado do requerimento que está sendo votado, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa mais uma vez informa a Vossa Excelência.

(Lê o requerimento)

A Mesa procederá a verificação de votação, requerida pelo Sr. Deputado Ferrari Júnior.

(É procedida a verificação de votação).

6 Srs. Deputados aprovam; 7 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 75, 121, 143, 156 e 241/83, do Projeto de Lei Complementar n.º 262/83, dos Projetos de Lei n.ºs 14, 15, 17, 22, 32 e 52/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 132, 134, 135, 136/83 e 03/84.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83 e do Projeto de Resolução n.º 99/84.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 100/84, e do Projeto de Lei n.º 199/83.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 14, 15 e 16/84.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 1.984.

"REGISTRO HISTÓRICO

O Estado do Paraná

23.05.84

O Governo Richa parece um Baile do Pato mal sucedido. Já dissemos que parecia impossível misturar Country Club com forró. Nem PP com PMDB.

As brigas em família, no geral, são problemas que não devem merecer a colher de estranhos. E as que se travam no PMDB e no governo seriam brigas de branco, não ocorressem num partido que compõe a nossa precária estrutura política e no governo.

O episódio dos empréstimos do Paraná, em dólares, ultrapassam todos os limites. Interessa a toda a sociedade paranaense porque a briga é no governo e em partido político. Mas voam cadeiras e painéis pelas janelas palacianas, atingindo em cheio a opinião pública paranaense.

Nunca se tinha assistido antes, um Secretário de Estado ir a público para fazer tão graves acusações a um outro membro do primeiro escalão de governo. Tanto mais quando ambos os contendores continuaram e continuam ocupando seus postos, sob o guarda-chuva do governador.

Não há dúvidas de que excedeu-se o Secretário do Planejamento, Belmiro Castor, ao abrir baterias contra o seu colega de forma tão desabrida, sem outras considerações sobre a imagem do governo.

Obviamente a reação foi violenta.

Mas estranha, ainda, a posição do governador, pretensamente de magistrado, mas na verdade revelando alienação incompreensível.

A posição de magistrado que se exige de um governante — é em relação à sua apreciação dos atos que lhe são submetidos. Não dos seus próprios atos. E os Secretários de Estado, como auxiliares diretos do Chefe do Executivo, exercem funções em seu nome. Assim, é em nome do governo que se acusa e se rebate, que porfiam publicamente os mais altos membros da Administração. É o governo que está brigando dentro de casa. O episódio, ao contrário do que tenta fazer crer o Governador, em nada engrandece sua administração. Depõe contra ela.

Pela primeira vez, ao que se saiba, um Secretário de Estado fez públicas acusações a outro Secretário de Estado. Acusações que, se verdadeiras, identificam a prática até mesmo de ilícitos penais. De outro lado, se mentirosas, como o acusado alega em sua defesa, crime haverá praticado pelo acusador.

E não é em outro foro que tudo está desaguando. O Secretário de Finanças já declarou estar providenciando um processo criminal contra o Secretário do Planejamento. E os dois continuam Secretários de Estado.

Sabe-se das preocupações do Governador José Richa, de mostrar o seu governo como aberto e participativo. Já provou que não é só aberto, é escancarado. E que seu participativismo permite que num desentendimento entre dois Secretários de Estado, lutem duas facções do seu próprio Partido, o PMDB, grupos que constituem as suas duas metades. Tudo publicamente, com a enorme assistência de milhões de brasileiros.

Na tribuna de honra, o supremo mandatário assiste impassível, para ver quem sobra. Ou o que sobra.

Age como se responsabilidade nenhuma tivesse. Como quem assiste uma rinha, encantado com as penas que voam e

o sangue que espirra.

Esquece-se de que quem está sangrando e sendo depenado é o seu próprio governo, a administração que quer — ou sempre disse querer — honesta e operosa.

As oposições foram acusadas de querer desestabilizar o governo. De tentarem destruí-lo e desacreditá-lo.

Entretanto, o que se está assistindo é a um exercício de antropofagia, sem nenhum respeito pela dignidade das elevadas funções públicas ocupadas.

Um dia alguém, talvez daqui há pouco a própria Comissão de Alto Nível, dirá quem tem culpa em cartório. Mas a história do Paraná verá registrada para sempre a mais grave omissão de um seu governante. A omissão que está custando caro à imagem e ao bom nome do próprio Estado.”

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ODENI MONGRUEL, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 1984.

“A IMPORTÂNCIA MAIOR”

Adail Ingles

A televisão do Paraná, por meio dos canais 4 e 11, acaba de prestar uma inestimável contribuição à comunidade deste Estado, na iniciativa que tomou em transmitir, diretamente da Assembléia Legislativa, os depoimentos dos Secretários do Planejamento, Belmiro Valverde Jobim Castor e das Finanças, Erasmo Garanhão, na terça e na quarta-feira, respectivamente, a propósito do chamado “escândalo dos dólares”.

Com isso, a população paranaense pode participar desse rumoroso caso, estando hoje, em perfeitas condições de firmar juízo próprio, a despeito do resultado do trabalho da Comissão de Alto Nível, constituída pelo Governador do Estado, que acabou sendo atropelada em sua missão, com a ida das duas principais figuras ao Poder Legislativo, num fato reconhecidamente histórico e que está, mais do que nunca, na boca do cidadão comum, pelo que lhe foi dito e mostrado pela televisão.

Indiscutivelmente, são grandes as diferenças entre os dois depoimentos, pois, se na terça-feira o Paraná viu e assistiu um sereno Belmiro Valverde Jobim Castor discorrer, com competência, sobre o fato gerador de sua presença na Assembléia Legislativa, na quarta-feira, o Paraná viu e assistiu um nervoso Erasmo Garanhão falar, com insegurança, a respeito da mesma questão.

Tenha o desfecho que tiver esse episódio, há que se destacar, como importância maior, o espetáculo democrático que a Assembléia Legislativa do Estado ofereceu ao Paraná. Pouco importaria, aqui, ressaltar este ou aquele Partido, porque, na verdade, os fatos chegaram ao conhecimento da opinião pública de forma muito diversa de uma ação político-partidária e nem teria mesmo qualquer sentido de realçar-se o comportamento de um partido político, componente de uma estrutura frágil e inexpressiva de nossa realidade institucional, num momento em que merece exaltação o Poder Legislativo do Paraná, quer na forma de comportamento

dos Srs. Parlamentares, quer, principalmente, na postura irrepreensível de seu Presidente, o Deputado Trajano Bastos, que agiu com a mais absoluta e honesta imparcialidade, assegurando, muito mais que o desenvolvimento dos trabalhos das duas sessões, respeito e credibilidade à ação política da Assembléia Legislativa do Estado.

A prerrogativa maior do Poder Legislativo neste País, não está na capacidade, maior ou menor, de iniciativas de sua competência. Mais importante do que a faculdade de legislar sobre a matéria financeira, ou a conquista em submeter as poderosas empresas estatais ao crivo de seu julgamento, é o Poder Legislativo firmar-se pela ação serena e consciente de seus integrantes, de modo a tornar-se merecedor de confiança e do respeito da opinião pública.

O Deputado Trajano Bastos demonstrou isso ao Paraná, revelando ao povo deste Estado, por força do poder da televisão, uma Assembléia Legislativa que tem, efetivamente, muito a oferecer ao processo de amadurecimento de nossas instituições, a partir da consciência do homem público como instrumento provocador das reformas indispensáveis à sociedade que aí se encontra, à busca de modelos e de exemplos, tanto no ser quanto no agir.

E o povo do Paraná viu e assistiu, na terça e na quarta-feiras, que o seu Poder Legislativo pode, com muita autoridade, reivindicar as reformas secundárias, como legislar sobre matéria financeira e fiscalizar as empresas estatais, numa linguagem de configuração simbólica, por ter, em primeiríssimo lugar, mostrado, em seu conjunto, já ter promovido a reforma maior, do que tanto necessita este País.

O Presidente do Poder Legislativo do Paraná engrandeceu, seguramente, a classe política deste Estado, por ter, como poucos, demonstrado a sua capacidade de homem público consciente da responsabilidade assumida, conduzindo, com firmeza e serenidade, as duas sessões mais difíceis, com certeza, de seu mandato como dirigente maior da Assembléia Legislativa.

As conseqüências do episódio havido no Poder Executivo, sejam quais forem, em nada modificarão essa página bonita da história política deste Estado, escrito pelo conjunto dos Senhores Deputados e assinada, com muito destaque, pelo Presidente da Casa, o guarapuavano Trajano Bastos."

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 1984.

"AUTORIDADE E OPINIÃO PÚBLICA

Renato Requião.

A subversão dos postulados e princípios consagrados na melhor doutrina do Estado moderno, expressos nos compêndios dos mestres do direito, tem sido obra reiterada de certos "intelectualoides" de campanhas eleitorais que são useiros e vezeiros em misturar alhos com bugalhos.

Habitualmente avesso às incursões aos meandros do

direito de pinçar citações enfadonhas e rebuscadas, permitam-me os leitores recorrer, por falta de alternativa, à lição do mestre francês L. Duguit (in *Traité de droit constitutionnel*, II, § 6) já hoje corrente de que "os governantes, no meio nacional, monopolizam a MAIOR FORÇA que pode ser de natureza MORAL ou simplesmente, MATERIAL. É moral quando o motivo de serem os governantes os mais fortes, decorre de certas qualidades que lhe são reconhecidas" (e entre diversas): "de uma fonte de indiscutível legitimidade, dotada de autoridade suprema", como é o caso dos aquinhoados pelo sufrágio popular, lidimos 'representantes da soberania nacional'. Mas mestre Duguit é categórico quando afirma ser "o que transmite aos detentores da MAIOR FORÇA o caráter de governantes é o fato de poderem dispor do aparelho da FORÇA MATERIAL, da autoridade política de coação. Essa autoridade de coação pode ter por fundamento, um certo caráter moral atribuído à investidura dos governantes; não é, porém, neste feitiço moral e, sim, na existência do próprio PODER DE MANDO, que repousa o princípio da autoridade". E arremata o sábio jurisconsulto francês: "O Estado não existiria, nem existiriam os governantes, se um poder de coação não lhes pertencesse efetivamente. E nesse traço consiste a diferença entre a vontade dos governantes e dos governados".

A lição do professor Duguit insere-se inteira e com justeza lapidar no contexto da crise emergida no seio do governo José Richa, no sentido de situar atribuições, responsabilidades e limites de exercícios das FUNÇÕES DE MANDO NO PODER, objetivando esclarecer a opinião pública acerca de episódio confuso e constrangedor.

A sabedoria popular parodia a sapiência jurídica do ensinamento de Duguit quando diz que "roupa suja se lava em casa".

Por via de conseqüência, fica patente que era precípua atribuição do Sr. Governador deslindar o impasse intestino do seu governo, dentro da esfera de suas atribuições e responsabilidades constitucionais e, portanto, de direito público, a fim de manter ordenados os processos de equilíbrio harmônico DENTRO do governo. Isto por imperativo próprio do princípio da autoridade. O governo em certas questões delicadas, desempenhando seu inerente SISTEMA DE FUNÇÕES DE MANDO, deve ser forte em nunca permitir que o seu poder de decisão seja postergado quando está em jogo a sua autoridade e, conseqüentemente, sua credibilidade perante a opinião pública. Ao estadista cabe, indelegavelmente, decidir as questões que envolvem a sua própria estabilidade. Entre estas, as questões atinentes ao bom relacionamento dos elementos componentes do governo (os Secretários de Estado, no caso) e os aspectos técnicos dos negócios financeiros (métodos, formas e critérios das elaborações contratuais, vinculando o Estado com terceiros), que posteriormente, terá a responsabilidade de prestar contas aos governados.

Quando o estadista não segue os ditames consagrados pela melhor doutrina e experiência de Estado, irmãos do bom senso, está sujeito a provocar a anarquia. Ou, quando menos, momentos de perturbação social e política, pela

confusão dos espíritos atribulados pelo clima de perplexidade.

Pretender justificar a omissão decisória no momento próprio, nas questões internas de Estado, com pretenso exercício de uma propalada DEMOCRACIA PARTICIPATIVA é abdicar do PODER DE MANDO de que o estadista está investido pela outorga soberana do povo. É declinar da autoridade inerente à função de governo.

Por certo é difícil definir, rigorosamente, os limites da opinião pública, mas que os há é absolutamente correto. Por exemplo, não compete a ela decidir qual a forma adequada, tecnicamente, de elaborar um contrato de financiamento com entidades de crédito do exterior, como se está, atribiliariamente, pretendendo fazer no escândalo dos dólares. Mas a opinião pública desejaria que os ditos contratos fossem celebrados por pessoas idôneas, após observadas as cautelas jurídicas e legais. Também é absolutamente claro que não cabe à opinião pública manter a coesão da equipe de governo (como, por exemplo, o bom relacionamento entre os Srs. Secretários de Estado, a bem da eficiência administrativa), mas também é preciso que cabe a ela avaliar, com julgamento justo, quando o governante não tem autoridade para coibir os ABUSOS DE PODER dentro do Poder.

A opinião pública pode não saber como o governante se orientará INTRAMUROS para evitar que auxiliares se digladiem, por interesses subalternos e egoísticos, mas ela sabe que o preceito evangélico vale para tudo e para todos, dentro ou fora dos governos: a casa dividida sempre cairá.

A opinião pública, por fim, não tem meios para evitar que os escândalos (nascidos de incúria, da omissão ou da incompetência) venham a público perturbar ainda mais o sofrimento do povo, mas por certo, ela saberá punir aqueles por quem vêm os escândalos.

O professor Darcy Azambuja já dizia que "os erros políticos foram sempre cometidos por homens que ludibriaram ou esmagaram a opinião pública". Talvez porque a voz de Deus se expresse através do povo, o mestre Azambuja afirma ainda que "nos momentos mais difíceis e sobre os mais graves problemas, a decisão da opinião pública é geralmente acertada, generosa e justa".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 1984.

PRONUNCIAMENTO FEITO PELO PREFEITO MUNICIPAL, POR OCASIÃO DO ANIVERSÁRIO DE CURITIBA

O SR. PRESIDENTE — Temos a honra em conceder a palavra ao Excelentíssimo Sr. Maurício Roslindo Fruet, digníssimo Prefeito Municipal de Curitiba.
(Palmas)

O SR. MAURÍCIO FRUET — Excelentíssimo Governador, prezado amigo, José Richa; Excelentíssimo Sr. Vereador Moacir Tosin, Presidente da Câmara Municipal

de Curitiba; Excelentíssimo Sr. Deputado Nestor Baptista, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Vereador Waldir D'Angelis, Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Sr. Vereador José Gorski, Segundo Secretário da Câmara Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Sr. Vereador Lauro de Carvalho Chaves, Vice-Presidente desta Casa; Excelentíssimo Sr. Deputado Federal José Tavares; Excelentíssimos Deputados Estaduais Adhail Sprenger Passos e Ervin Bonkoski; Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado Antenor Bonfin; Excelentíssimos Srs. Vereadores, Companheiros Diretores de departamentos de autarquias estaduais e federais, Companheiros, Companheiras.

A homenagem que prestamos à Cidade de Curitiba no dia de hoje, pelos seus 291 anos, me conduz a outros anos e uma outra Curitiba, aos anos da infância, da adolescência, a Curitiba sossegada, do trânsito sem atropelos, das noites sem vidência.

Nessa viagem imaginária, emergem à recordação de uma escala menor, em que as pessoas tinham mais tempo para si mesmas e que quase todos se conheciam pelo nome. Não poderia imaginar naquele tempo, que um dia viria a esta Casa, na condição de Prefeito, para render esta homenagem à Cidade de Curitiba, nem poderia imaginar naqueles anos despreocupados que a Cidade assumiria um perfil tão complexo, com tantas conquistas ao lado de tantos desafios. A maioria dos que aqui estão, certamente já fez esta viagem imaginária, e nela, por certo, identificou a origem do nosso perfil de hoje, tão bonito, mas também tão assustador.

Dificilmente uma cidade brasileira de grande porte tenha passado por modificações tão acentuadas como a nossa Curitiba dos últimos anos. Certamente, nenhuma outra Capital teve um crescimento demográfico tão rápido como a nossa Curitiba dos últimos dez ou doze anos.

Se naqueles anos despreocupados da minha adolescência éramos a síntese do Paraná, por circunstâncias até ingênuas, como o dinheiro, que a cafeicultura do Norte do Estado fazia jorrar em nossas noites, hoje, essa síntese tem contornos mais amargos; da periferia emana o impacto que a transformação do Paraná dos últimos anos e do Brasil produziria aqui. O homem expulso da terra, da cidade pequena, veio fazer da nossa periferia a sua morada, na esperança de reencontrar aqui a oportunidade, que um dia a política de um Brasil que se transformava, lhe tirava. E o que encontrou esse homem, derrotado na batalha tão inglória? Encontrou menos do que o pouco que sonhava, menos, bem menos do que lhe daria do Brasil, da Curitiba da minha infância.

E menos é que aqui no Paraná, e bem menos, volto a repetir, muito menos, que outros retirantes encontraram em outras partes do mundo, no correr do fenômeno universal da troca do campo pela cidade.

É que aqui no Paraná o fenômeno ocorreria com uma velocidade perversa, e Curitiba não estava preparada para o que aconteceria na última década. As conseqüências desse descompasso, entre tamanha demanda e a capacidade de

oferecer a todos que chegavam um mínimo que fosse, bem conhecemos, estão nas páginas dos jornais que estampam a violência, estão nos olhos das pessoas, no explodir a carência sobre a carência.

E aqui faço uma pequena pausa. Ao assumirmos a Prefeitura Municipal de Curitiba, dentro de uma política, de uma proposta política conseqüente, de democracia participativa, de absoluta transparência nas ações administrativas, para que todos os segmentos da sociedade fossem oferecidas oportunidades iguais, recebo, dentro dessa proposta democrática, as colocações feitas nesta tribuna pelo eminente Líder do Partido Democrático Social, que ofereceu algumas sugestões, a título de colaboração, emanadas de um seminário que o seu Partido realizou ontem, nesta Câmara Municipal de Curitiba. A prática democrática é exatamente esta, o sentido de colaboração, às vezes da crítica até dura, é fundamental para o exercício político-administrativo na ação do Executivo. E, aproveito a oportunidade que me ofereceu o eminente Líder do Partido Democrático Social, para, ao lado das colocações realizadas em seu pronunciamento, prestar à Casa, ainda que brevemente, alguns esclarecimentos. Por que aqui é o fórum de debates de Curitiba, é exatamente aqui que os grandes problemas de nossa Cidade devem ser levantados, discutidos, exauridamente, a fim de que melhores direções possam ser oferecidas a toda nossa comunidade. E, começo pela implantação da eletrificação do transporte, em Curitiba.

A proposta da Prefeitura Municipal de Curitiba foi colocada em discussão há poucos dias, sequer foi detalhada neste processo de discussão. Não haverá nenhuma atitude impensada da municipalidade com relação à implantação de um outro tipo de transporte em Curitiba. No entanto, a planificação que havíamos recebido na Prefeitura Municipal de Curitiba oferecia como proposta para a nossa Cidade o Projeto Bonde. O Projeto Bonde que, financeiramente já seria liminarmente inviabilizado pelo seu custo superior a quatrocentos milhões de dólares. O que fez a Prefeitura? Ao invés de se projetar a uma projeção tecnocrata, ofereceu à discussão de toda a comunidade, independente de segmento social, para que todos tenham acesso e para que Curitiba possa, basicamente, receber um tipo de transporte talvez para o Ano 2000, talvez imediatamente, mas que ofereça maior condição de rapidez e deslocamento, maior condição de conforto, menos poluição e que, acima de tudo, possa oferecer redução no custo da tarifa.

Este projeto está ainda em fase de discussão. No entanto, alguns, inconscientemente, já o tem condenado sem conhecer os seus detalhes com profundidade. Volto a repetir, o processo está em fase inicial de discussão. (Palmas)

Com relação ao Nosso Programa, a Prefeitura tem a noticiar que esse programa, iniciado em 1982, recebeu em 1983, apesar de todas as dificuldades, um implemento de trezentos e oitenta por cento em sua atuação, expandindo assim a linha de oferta de mão-de-obra

para as oficinas de fundo de quintal e que tem servido como política alternativa neste momento de grave crise de desemprego em nosso País.

Com relação ao Programa de Animação da Cidade, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba está em fase final de conclusão esse trabalho. Um trabalho muito sério que vem sendo desenvolvido há mais de seis meses e que não só projetará uma animação maior no centro da Cidade de Curitiba, mas que, simultaneamente também oferecerá melhores condições para o visual da nossa Capital.

E assim, já respondo e informo duas colocações efetuadas pelo eminente Líder do PDS.

Com relação à política de descentralização de cultura, apesar de todo o processo de reuniões, de discussões, de novos projetos, procurando-se oferecer à nossa comunidade acesso amplo nesse projeto de discussão dentro dessa prática democrática de estabelecimento de elos e condutos, não só com a nossa Câmara, que é o Fórum de Debates, volto a repetir, mas, com as entidades de classe, com os sindicatos operários e patronais. Esse programa já foi iniciado há aproximadamente seis meses, e hoje temos a felicidade de contar com amplo sucesso na programação do Circo dos Bairros, aliás, convido todo o Plenário para que participe da presença no Circo, que será inaugurado sábado, às 19:00 horas, na Vila Autódromo, e esse Circo, além de ser um local de debates da comunidade, um ponto de conscientização política dos nossos segmentos periféricos, serve também para o desenvolvimento da arte, da cultura e até mesmo de cursos profissionalizantes, a critério da própria comunidade, isto sem falar de mais de trinta apresentações que semanalmente são feitas em todos os bairros de Curitiba, não apenas pelos artistas que compõem a Fundação Cultural de Curitiba, que nela se integram, como também de grupos amadores que estão absolutamente integrados nesta proposta de levar a cultura aos bairros de nossa Cidade.

Com relação ao problema de enchentes, temos a informar que a Prefeitura Municipal de Curitiba, muito antes das enchentes de junho e julho, que tanto prejuízo trouxeram à nossa Cidade, ofereceu uma proposta definitiva para a resolução desse problema junto ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento, junto ao Ministério do Interior, em Brasília, a fim de que pudessem ser alocados os recursos para a nossa Cidade, porque, na realidade, o problema principal da enchente em Curitiba, não se localiza em nosso município, começa na nascente do Rio Ivaí, em Piraquara, e vai terminar em Saiacanga, no Rio Iguaçu, já na divisa dos Municípios de Araucária e Balsa Nova, onde um açodamento daquele rio acabou provocando remanse, e, com isso, as enchentes, que afligem principalmente a região do Baixo Boqueirão.

Na avaliação daquela oportunidade, esses recursos totalizaram a importância de azeessete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros e que hoje, com certeza, face ao processo inflacionário, que infelizmente escapa às mãos do município, já estará

bem acima desta importância. No entanto, é fundamental que haja a intenção de todos os companheiros, independente de conotação político-partidária, para que somem os seus esforços junto ao organismo do Governo Federal, para a liberação desse recurso, sem o qual, será inviabilizado o posicionamento da municipalidade. Com relação ao problema de racionalização do lixo, pelo primeira vez no Brasil este assunto foi discutido com seriedade. Curitiba teve o privilégio de sediar, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Curitiba e da Federação da Indústria do Estado do Paraná, o 1.º Seminário brasileiro sobre o lixo urbano, trazendo aqui, os maiores especialistas do Brasil e até mesmo do exterior, oferecendo propostas claras e concretas para a solução do problema do lixo em nossa Cidade. Nós, este ano ainda, deveremos estar funcionando com mais de um aterro sanitário, construído ao sul de nossa Cidade, evitando-se assim, gastos com o transporte e com o combustível, na coleta de lixo realizada naquela região, cuja coleta encarecia, várias e várias vezes, face a dificuldade desse transporte para o depósito localizado na Lamenha Pequena. Além disso, dentro de mais alguns dias e isto é consequência de um trabalho de mais de dez meses de planejamento, será instalada a primeira microbacia de Curitiba, que tem três aspectos fundamentais: a preservação do meio ambiente, a coleta do lixo e uma política de saneamento. Este trabalho será realizado dentro de uma proposta participativa, envolvendo as comunidades e, pretendemos, após a realização dos trabalhos desta primeira microbacia, estender esta proposta para as 63 microbacias de Curitiba. Devo ainda acrescentar do trabalho sério, da fiscalização ativa desenvolvida pela Prefeitura junto à coleta do lixo, nós temos hoje, a nível de capitais brasileiras, talvez poderia dizer quase que com certeza, a coleta com um custo mais baixo de todo o Brasil. Com relação à política de saneamento, nós não podemos deixar de citar que a SANEPAR, a nossa companhia estadual responsável por este atendimento, projetou para 1984 um extraordinário trabalho de saneamento em Curitiba, sob a orientação do Governador José Richa e a aplicação desse trabalho, a execução dessas obras, está dependendo de uma ação que, lamentavelmente, também não depende do município e nem do Estado, mas, que está sob as mãos do Banco Central, a sua famigerada portaria 831. Com relação ao transporte coletivo integrado, face ao extraordinário relacionamento que existe entre os órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba e do Governo do Estado, especificamente a COMEC e a Secretaria de Transportes, os trabalhos de integração realizados estão sendo muito intensificados e, entre outras notícias, como todos sabem, recentemente foi inaugurado um trecho final que já estava na Avenida Afonso Camargo e integrando Curitiba com Pinhais, no Município de Piranhara, como primeira etapa de um processo de integração do transporte coletivo da região metropolitana. É bom ainda salientar que, dentro da própria proposta de eletrificação do transporte de Curitiba, esta projeção está muito bem definida, porque de nada resolveria apenas um problema do morador de Curitiba que usa o transporte coletivo, senão houvesse esta integração com toda a região metropolitana, onde residem inúmeros trabalhadores e pessoas que usam a nossa Cidade e que dela se integram profissionalmente ou comercialmente ou por qualquer outra razão. Com relação ao problema de habitação e de baixa renda, nós temos a informar que, através do projetos por lotar, por lotear e de loteamentos irregulares e alguns há mais de vinte anos, da Prefeitura, sem solução, puderam ter um caminho razoável em 1983, porque houve dificuldades na fixação de linhas e parâmetros neste processo de discussão democrática. No entanto, apesar disso tudo, mais de três mil famílias tiveram assentamento em terras, legalizadas face a este trabalho entendemos que este ano, haveremos de ultrapassar o número de dez mil com as projeções iniciais que já temos. Com relação ao problema de atuação primária de saúde, os nossos

postos de saúde da Prefeitura Municipal de Curitiba tiveram seus horários duplicados e, como consequência disso, o número de atendimento à periferia carente passou de cento e vinte e oito mil, em 82, para cento e oitenta e sete mil, em 83, e o serviço odontológico de doze mil, em 82, para dezoito mil em 1983. Devemos salientar ainda que temos realmente inúmeros convênios com o INAMPS, mas, os postos de saúde de Curitiba no atendimento, oitenta e sete por cento das pessoas atendidas, são seguradas do INAMPS e, no entanto, a contra prestação desse convênio por parte do INAMPS ao Município de Curitiba, é de apenas doze por cento. É bom também salientar que, com bases nesses dados, e face ao bom relacionamento que mantemos com os organismos do governo federal, estamos articulando e em fase quase final de conclusão, um novo convênio que possibilite o retorno justo, ao muito que Curitiba está prestando de atendimento nesta área. Com relação à área de educação, em 1983, com todas as dificuldades, foram construídas três novas escolas e, o número de alunos, de quarenta e nove mil em 1983, passou para cinquenta e sete mil em 1984. Com relação a Cidade Industrial de Curitiba, onde existe uma quilométrica dívida de trinta e oito milhões de dólares, eu não poderia deixar de ressaltar aqui a inestimável colaboração que foi prestada em 83, e que está sendo prestado em 84, pelo Governo do Estado do Paraná, e aproveito a oportunidade para dizer que desses trinta e oito milhões de dólares a grande dificuldade que teremos para alcançar os recursos necessários ao pagamento dessa dívida descomunal. Registro também, ao nosso Governador José Richa, e faço aqui um destaque, prestando minha homenagem pelo resultado da pesquisa nacional que colocou Vossa Excelência como o Governador mais ativo e dinâmico do Brasil. (Palmas). Aproveito a oportunidade para agradecer a Vossa Excelência as atenções dispensadas, com relação especificamente à Cidade Industrial de Curitiba sob sua orientação, por parte dos organismos do BADEP, do BRDE e da Secretaria de Finanças, que foram fundamentais para que pudéssemos atravessar com sucesso a problemática, a dívida da CIC em 1983.

Com relação a política de recursos humanos, pela primeira vez na Prefeitura Municipal de Curitiba se realizou um trabalho sério e de ampla reforma administrativa, que estará sua proposta, sua espinha dorsal estará concluída no dia 4 de abril, quando completaremos um ano à frente dos destinos da municipalidade. Essa proposta será amplamente discutida, principalmente pelos interessados, pelos funcionários públicos, e essa reforma administrativa se propõe a oferecer, basicamente, condições de descentralização de agilização, de oferecer maior melhor e mais rápida prestação de serviços ao nosso contribuinte, e ao mesmo tempo, para o funcionário, a possibilidade de uma política séria, sem clientelismo, de progresso na vida funcional. Com relação ao Projeto Cura, cabe-me uma pequena explicação. A proposta da gestão anterior ao Projeto Cura, tinha o seu prazo de renovação no dia 18 de março de 1983. O companheiro Moacir Tosin, como Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, assumiu a Prefeitura no dia 17 de março de 1983. Foram mantidos os mesmos titulares de todos os departamentos do Governo anterior, no entanto, dia 18, data fatal para a renovação do Projeto Cura, lamentavelmente, isso não ocorreu. E seria, absolutamente inverossível, tentar se responsabilizar um cidadão que assumia a Prefeitura na tarde da véspera do vencimento desse

projeto, quando todos que estavam nele envolvidos, principalmente o seu gerente, que deveria ser o ex-presidente do IPPUC, já deveria de há muito ter encaminhado a renovação desse projeto. Foi amplamente reformulado o Projeto Cura por parte da municipalidade com seriedade simplesmente, dentro da racionalidade, porque se no projeto anterior visava-se urbanizar uma área onde o índice populacional era mínimo, foi feito um amplo levantamento escolhendo-se para a primeira execução do Projeto Cura, a região de Curitiba que mais cresceu nos últimos dez anos, exatamente a região do Boqueirão, Alto Boqueirão, onde em alguns locais o crescimento chegou a espantosa taxa de dois mil por cento. Todas as propostas foram efetuadas com os critérios estabelecidos com o Banco Nacional de Habitação e antes do prazo legal a Prefeitura encaminhou o Projeto Cura através de dois agentes financeiros: um ao BANESTADO, e outro a Companhia de Habitação de Curitiba, respectivamente, BANESTADO aqui em Curitiba, e a COHAB, através de um atendimento junto ao Banco Nacional da Habitação, e como bem disse o eminente Líder do PDS, o Projeto Cura até agora não foi iniciado, exatamente em função da permanência dessa famigerada Portaria 831, que nada mais é do que uma imposição do Fundo Monetário Internacional, gerindo a nossa soberania, a nossa liberdade. (Palmas). Na área da COHAB companheiros, e companheiras, desde maio de 1983, nós temos dezesseis projetos aprovados dentro dos parâmetros estabelecidos pelos organismos financeiros e, desesperadamente, não deixa uma semana, um companheiro nosso vai ao Rio de Janeiro vai ao Ministério do Interior, além da presença dos nossos companheiros da COHAB, da nossa presença pessoal, e o que muito nos lisonjeou também, com a própria presença do nosso Governador José Richa que pessoalmente, revalidou por Curitiba a liberação desses recursos em audiência junto ao Presidente do Banco Nacional da Habitação, Senhor Nelson da Matta. Com relação a política de preservação ambiental, além do trabalho que já aludiu que vem sendo desenvolvidos pelo IPPUC, a Prefeitura, concretamente, através de uma carta de intenções formulada com a Prefeitura Municipal de Araucária, iniciou o trabalho de recuperação do Rio Passaúna, um projeto pioneiro do Paraná, e ao mesmo tempo eliminou a poluição causada pelo aterro sanitário localizado em Lamenha Pequena, através da construção de uma pequena obra. Com relação ao Código de Posturas, a Lei de Zoneamento, nós teríamos a informar que a proposta da Lei de Zoneamento de Curitiba está com os seus parâmetros já definidos, alguns segmentos da sociedade já receberam algumas cópias a Câmara Municipal vai receber cópias detalhadas, que ainda não estão concluídas, a respeito da proposta da Prefeitura Municipal de Curitiba, o nosso desejo é que ela seja amplamente discutida, esmiuçada nos seus últimos detalhes, para que Curitiba tenha um zoneamento compatível com a sua dinâmica, com o seu crescimento, e que acima de tudo, que essa Lei de Zoneamento não seja feita em gabinete, por decreto, mas sim aprovada pela Câmara Municipal de nossa Cidade. (Palmas). Com relação a convênios na área federal, estadual, nós teríamos a informar que com relação ao Governo do Estado do Paraná, a nível de convênios com os municípios, Curitiba nela está sempre presente. Seja na área do abastecimento, seja na área da ação comunitária, seja na área da saúde pública, seja na área de segurança. E aproveito a oportunidade para convidar todos os companheiros e companheiras aqui presente, para participarem no próximo sábado, a partir das 21:00 horas, numa

reunião que será realizada na Creche Menino Jesus, em Santa Quitéria, com a presença do Secretário de Segurança - Luis Felipe Mussi, e do Secretário de Assuntos Comunitários - Antenor Bonfim, quando será, praticamente, lançada e implantada a primeira grande proposta de segurança com a criação do Conselho de Segurança Comunitário. Com relação ao problema de calçadas, ano passado foi instituído o programa "Vamos Caminhar Melhor" com a recuperação de calçadas em nossa Cidade, e apesar do pequeno período de funcionamento já foram efetuados dezesseis mil metros quadrados de reparos em nossas calçadas, oferecendo melhores condições para os pedestres, principalmente na região central da Cidade. Com relação ao problema do Estar, o Projeto está em discussão na Câmara Municipal de Curitiba. E finalmente, como última anotação, a reposição de equipamentos é um fato que Curitiba precisa mesmo. E, nós tentamos de todas as maneiras, através da linha de crédito especial que existe para este fim, o FINAME, conseguir recursos para a compra de equipamentos a fim de atender melhor a nossa comunidade. Mas, da mesma maneira que existe a Portaria 831, a Resolução 831, o FINAME também, fechou as portas para todos os órgãos públicos brasileiros em 1983. E se a Prefeitura de Curitiba fosse adquirir esse equipamento no mercado financeiro pelas taxas de juros usuais, nós estaríamos metendo um ato de absoluta irresponsabilidade, porque criaríamos um problema insuperável aos demais administradores, e se hoje temos alguns problemas, nós não queremos herdar para nenhum outro, esse tipo de dificuldades. (Palmas). Vou retornar companheiros e companheiras, a minha viagem imaginária e eu falava, exatamente, da migração, perguntando se seria só a migração a responsável pela formação deste quadro tão perverso. E volto até a perguntar àqueles que, intimamente, já fizeram essa viagem imaginária, para atestar que da minha parte a resposta é não. Mas, certamente, nós poderemos identificar no fluxo migratório a dificuldade maior, e como reduzir a distância entre o belo e o assustador do nosso perfil. A viagem que faço, a viagem imaginária, passa pelo Brasil batido no liquidificador do centralismo, banhado na insensatez que conspirou contra o regime federativo. E percorre o Estado que se sobrepõe à Nação, à economia selvagem que castiga quem produz e contempla quem especula. A viagem segue muito mais. Todavia, já o seu início me dá a convicção de que o desafio curitibano tem muitas frentes, tantas delas, lamentavelmente, fora de nosso território. Lutamos aqui combatendo os efeitos. Na construção de postos de saúde, creches, e na manutenção de postos e creches, na melhoria dos bairros, na condução da cidade em seu todo, cuidando de seu transporte coletivo, do seu sistema viário, com os recursos, tão poucos, que temos. Mas lutamos em outras frentes, combatendo as causas. Na mobilização dos prefeitos que estão a gritar contra o centralismo fiscal, que nos rouba a autonomia financeira e política. Na denúncia de que a Nação não pode mais ficar à deriva do Estado. Abrimos frentes novas. No trabalho conjunto com o Governo do Paraná, sob a direção de José Richa, para amenizar até onde vai o nosso alcance, a danosa migração - que não serve aos que migram e nem aos que os recebem. Essa batalha nos conduz, à certeza de que não haverá vitória sem a participação de todos. Participação, sobretudo, entendida por direito de os curitibanos assumirem o destino da nossa Curitiba. Sem essa participação, esta Cidade não poderá ser a Curitiba de todos nós. Sem esta participação, ficaria esvaziada de conteúdo humano a homenagem que

prestamos nesse momento à nossa querida Curitiba. Alegria-me poder dizer estas palavras justamente nesta Casa, onde tive a oportunidade de me iniciar na política e onde sempre tornar. Alegria-me que possa esta Casa, me acolher para as considerações sobre a minha Cidade, e com os Senhores Vereadores e Vereadoras conjugar o verbo governá-la. Alegria-me sentir, neste aniversário, que a gente de minha cidade aceite o convite para participar. Com críticas tão duras às vezes, mas com a decisão de assumir a parte de cada um na condução de nosso destino. Por isso, a minha homenagem é ao povo de Curitiba. Com a presença de que, a cada aniversário, possamos contabilizar novos passos em direção a um perfil sempre melhor, e menos assustador.

Mutio obrigado. (Palmas). - (Sem revisão do orador).

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRIO PEREIRA, EM SESSÃO DO DIA 23 DE MAIO DE 1984.

“UMA UNIVERSIDADE EM CASCAVEL

Gazeta do Povo – 19/05/84

David Carneiro

Estava a ler o livro “Regimes Políticos” do Professor Oliveira Franco (que recebi para meu próprio aperfeiçoamento e enlevo) quando a minha atenção foi chamada para um fato do maior interesse que a Televisão Globo transmitia: “A cidade de Cascavel pleiteia uma Faculdade de Direito como passo essencial para que chegue à sua própria Universidade, e a Secretaria da Educação, argumentando e desenvolvendo uma série de razões, dizia da impossibilidade de satisfazer aquele modelar e progressista município de nosso Estado.

Nem sou assessor do jovem Prefeito de Cascavel para apoiá-lo em termos ao mesmo tempo seguros e radicais, nem estou na Secretaria de Educação para imaginar com perfeita segurança todas as razões que a ilustre Secretária tenha para negar ao Município de Cascavel a sua liberdade de fundar ali a sua Faculdade de Direito, faculdade esta que servisse de base à feitura ulterior de sua Universidade com um “campus” perfeitamente funcional, à moda americana.

Todavia, como conhecedor da História da Educação no mundo, e especificamente da história das Universidades do Brasil, considero que se o Prefeito de Cascavel possui as verbas substanciais necessárias à criação da Faculdade de Direito, basta-lhe uma assessoria jurídica suficiente para que seus passos sejam dados dentro da lei, no sentido de serem nomeados os professores para as cadeiras dos primeiros anos; estabelecer contratos com os construtores das salas onde as aulas sejam dadas, e tudo estará dentro do bom caminho.

Liberdade de agir não é coisa que se peça. Liberdade toma-se! Depois de tomada uma liberdade qualquer (sobretudo em termos educacionais) depois é que as restrições punitivas podem vir se houver coragem para isso, dos poderes competentes.

Sempre fui entusiasta das universidades do interior, e só não incentivei pela Veterana o caso de Cascavel, pelo simples fato de ignorar o desejo do município e os anseios de seu povo admirável.

Na minha opinião, Foz do Iguaçu, se possuísse a determinação que Cascavel está mostrando agora, já estaria com suas primeiras turmas de universitários a receberem suas graduações, complementando seus cursos realizados localmente, em universidade já consolidada, como Maringá, Londrina, Ponta Grossa ou Curitiba.

Foz do Iguaçu nasceria, como Universidade com um curriculum obrigatório espontâneo (graças à sua posição geográfica) mas ao que parece a cidade ou o município não tem a mesma admirável garra que Cascavel vem mostrando, e por essa razão, quero crer que a obrigação de todos quantos saibam o que educação superior é, devemos transferir nossa boa vontade de Foz para Cascavel, a ver se será possível determinar a fundação que os cascavelenses pretendem e merecem.

Para Foz havíamos pensado em aproveitar os técnicos que trabalhavam em Itaipu, transformando-os em professores, agregadamente os cursos de língua inglesa, francesa, espanhola e guarani, bem como de lingüística, seriam iniciados com português e literatura brasileira e lusitana.

Claro que semelhante programa pode transferir-se para Cascavel, e com os bons desejos de seus habitantes, tudo andaria à frente em termos admiráveis, como andou aqui em Curitiba em 1912, sob a inspiração e a enérgica liderança desta dupla inigualável: Nilo Cairo e Victor do Amaral, fundadores da primeira universidade do Brasil, a Universidade do Paraná.

É necessário, vez por outra, que surjam aqui e ali uns visionários que os mediocres taxam de loucos. Sem eles o mundo pararia. Com eles é que o mundo vai à frente e expande os seus anseios, e os seus sonhos passam a realizar-se

Conheci os entusiastas da Universidade do Paraná. Conheci Nilo Cairo e conheci (de encontros semanais), o Dr. Victor do Amaral. Que havia em Curitiba de excepcional, para que essas duas figuras e mais Plínio Tourinho, João Pernetta e João Macedo vibrassem com a instituição que teve o Dr. Oscar J. de Plácido e Silva como primeiro aluno? Talvez apenas ânimo e vontade! Pois é o que agora Cascavel está mostrando. Cascavel tomou a luva do chão e vai bater-se numa luta admirável. E eu que vi surgir a primeira universidade do Brasil, espero ver elevar-se a de Cascavel, já que a coragem que faltou a Foz é Cascavel que está mostrando com o ânimo dos visionários. Espero não morrer antes de assistir a inauguração dos cursos de Direito, Educação, mesmo Medicina, Engenharia e Línguas... e então morrerei - feliz!

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
2.^a Sessão Legislativa da 10.^a Legislatura
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dois dias do mês de abril de um mil novecentos

e oitenta e quatro as dez horas na sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, sob a Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério reuniram-se os Senhores Deputados: Anibal Khury, Edmar Luiz Costa, Artagão de Mattos Leão e José Antônio Fonseca, representantes do Partido Movimento Democrático Brasileiro. Erondy Silvério, Tuguio Setogutte e Augusto Carneiro, representantes do Partido Democrático Social, membros da Comissão de Tomada de Contas, com o objetivo de instalar e eleger o seu Presidente e Vice-Presidente. Procedida a votação, foram eleitos por unanimidade o Senhor Anibal Khury e Edmar Luiz Costa, para Presidente e Vice-Presidente respectivamente. A seguir o Senhor - Presidente Erondy Silvério, convidou o Senhor Deputado Anibal Khury, para assumir a Presidência. Usou da palavra o Presidente eleito, externando agradecimentos aos nobres pares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou os trabalhos, dos quais para constar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente demais membros e por mim Eumenia Oliveira Triches, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, 02 de abril de 1984.

ERONDY SILVÉRIO
Presidente

EUMENIA OLIVEIRA TRICHES
Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos na Sala da Presidência do Plenário, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel e com a presença dos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos, Sérgio Spada e Acir Mezzadri, membros efetivos desta Comissão. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando-se em seguida a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observação, passou-me à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o PROJETO DE LEI N.º 02/84 - Mensagem em extinção as atuais vagas de Oficial do Quadro de Capelães Policiais-Militares (Q.C.P.M.), previstas na Lei n.º 7.047, de 21/11/78, alterada pela Lei n.º 7.638, de 10/09/82 e dá outras providências. Relator Deputado Nelson Vasconcellos. Parecer Favorável. Aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente

declarou encerrada a presente reunião e eu Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

DEPUTADO ODENI MONGRUEL
Presidente

DIVA DO VALLE CAVALCANTI
Secretária

COMISSÃO DE TURISMO
PARECER

A Proposição em tela, Mensagem n.º 126/83, oriunda do Executivo Estadual, transformada em Projeto de Lei n.º 199/83, destina-se considerar Área Especial de Interesse Turístico, faixa de terra compreendida pelo Parque Marumbi I, área esta, que abrange parte dos Municípios de: Campina Grande do Sul, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara e Quatro Barras. Sobejamente sabido da necessidade de se transformar a nossa Serra do Mar em parque de preservação permanente da fauna e da flora e principalmente de seu valor histórico, artístico, arqueológico e demais recursos naturais ali existentes para que os municípios abrangentes ou mesmo a Paranatur possam promover espaços destinados à prática de atividades recreativas diversas, dando melhor aproveitamento turístico à região que, sem sombra de dúvidas, poderá ser igualada as melhores regiões congêneras do País.

Para que isso possa tornar possível há necessidade de legislação específica que atenda esta preservação, pois a falta de uma política realista de preservação estaria facilitando os "famosos" deslizamentos pela desproteção arbórea das encostas. Temos como exemplo vivo, desta situação, o recente deslizamento ocorrido num trecho da estrada da Graciosa um dos pontos marcantes de Turismo em nossa Serra do Mar, aliás ponto de Turismo incluído em quase todos os roteiros das empresas especializadas.

Para que a incrementação do Turismo na região tenha como atrativo a naturalidade, é preciso evitar a depredação, bem como a degradação pela ação humana do sistema natural de região.

Pelo exposto, somos de PARECER favorável a aprovação da presente matéria, que é de alto interesse do setor turístico de nosso Estado.

É do Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1.983

DONATO GULIN
Presidente e Relator